

Desceram do monte,  
atravessaram o mar  
(Castros de Guimarães e seu termo)

Ainda hoje subir à Senhora do Crasto, em Santo Adrião de Vizela, do concelho de Felgueiras, é encher os olhos de verde, deslumbrar-se com a força do granito, enlevar-se com a capelinha, de raiz românica, coroada de merlões. E também ver a Senhora, chamada a Santa Capeluda, a espreitar-nos do seu nicho<sup>1</sup>. Mau, só o último troço da estrada. Piores, muito piores, seriam os caminhos, mas ainda mais fresca,

---

<sup>1</sup> A Capela da Senhora do Crasto, também conhecida por Senhora da Tocha, está junta a um castro pré-romano, quase inexplorado. É pequenina, com vestígios românicos e coroada de merlões. Em 1924, as casas à sua volta, todas de granito, ainda eram cobertas de colmo. Dá acesso à capela um enviesado escadório de altos degraus. Ver: *A Arte Portuguesa*, rev. mensal de Belas Artes, vol. I, 1882, pp. 68 e 69: Manuel Rodrigues, *Antiguidades de Guimarães e Vizella* (tem um croquis da capela por Soares dos Reis). Ver de Ana Amália Moreira de Sá, *Murmúrios de Vizela*, «A Capela da Senhora da Tocha» (poesia), Porto, 1861; Pedro Vitorino, «A Capela da Senhora da Tocha», in *Revista de Guimarães*, vol. XXIV, n.º 1, Jan. 1924, e Maria José Pacheco, *Avicella* (antologia), com uma fotografia da capela na p. 141, Porto, Brasília Ed., 1984. A antiga imagem da Senhora da Tocha encontra-se num nicho, sobre o arco da capela-mor. É em pedra de ançã e arcaica, chamam-lhe a Santa Capeluda. Advogada dos partos, está ligada a muitas lendas de moiras. Ver: Martins Sarmento, *Dispersos*, Castro de Santo Adrião de Vizela, pp. 198-200. Antigamente, no dia da sua festa, todo o monte era iluminado com fogueiras de pinhas. A actual patrona da capela, a muito mais moderna imagem da Senhora da Tocha, está no altar-mor.

ainda mais bela, seria esta paisagem nas remotas eras de meados de quinhentos. Por essa época, aí nasce João, depois João de Crasto, contemporâneo (filho?) de Frutuoso Mendes de Crasto, aí casado e morador, e do Padre Aleixo de Crasto, cura das freguesias de Santo Adrião e Serzedelo, a aparecerem nas páginas do primeiro misto de Santo Adrião de Vizela, a principiar em 1582<sup>2</sup>. Mas João de Crasto desceu o monte. Foi para a vizinha freguesia de Santa Maria de Infias.

---

<sup>2</sup> Misto 1 de Santo Adrião de Vizela (1568-1600), Arquivo Distrital do Porto. João de Crasto deve ter nascido antes da primeira data. Crasto, sendo toponímico é nome muito comum nesta região; é rara a freguesia onde não aparecem uma ou mais famílias assim denominadas. Logo, na vizinha S. Faustino de Vizela (conc. de Guimarães) encontramos a 30.8.1609, na quinta de Sentiais, dessa freguesia, Fernão de Crasto e seu filho José de Crasto Salgado a emprazar umas terras (L.º de notas do Tab. J.º Bertoles (10-1-66), Arquivo Municipal Alfredo Pimenta). Depois José de Crasto e mulher Maria Vaz (irmã de André Vaz, de Braga, marido de Ana de Villas Boas), pais de Jerónima de Crasto Salgada, sr.ª da quinta de Sentiais, casada (dote de 5.9.1631, Tab. Mateus de Freitas, Arq. Mun. Alfredo Pimenta) com Gaspar Mendes da Guerra, administrador da Capela de Santa Margarida «pelos serviços q a El-Rei fizera nas fortalezas da Índia por mar e terra». Ver nota 72 no meu *Velhas Casas. IV - Casa dos Pombais*. Tiveram estes, entre outros, a José de Crasto Salgado, hab.º para Abade de Santa Senhorinha de Basto, processo de 1682, maço 490 (Artur Mendes de Almeida Pacheco de Andrade e Távora, *Padres do Arcebispado de Braga-Primaz no Século XVII*, vol. I e único, extracto 1000, p. 187) e a Mariana de Crasto Salgada, herdeira, casada com João Rebelo de Andrade, c. g. Sucedeu-lhes seu filho David de Crasto Salgado, morador em Sentiais, que casou a 9.10.1746 com Escolástica Moraes Barreto, pais de Gertrudes Teresa de Crasto Villas Boas, casada a 9.10.1746 com seu primo Félix António de Moraes Barreto, morador na sua Quinta da Calçada em Paço de Sousa (C 1, S. Faustino de Vizela). Na mesma freguesia (Carta de F. S. O. de 15.3.1696) António de Crasto, morador no lugar de Subriba, filho de Pedro Francisco e mulher Ana Gonçalves, neto paterno de Francisco Simões e mulher Senhorinha Gaspar, moradores no Casal de Crasto, freguesia de Santo Adrião de Vizela, casado com Maria de Guimarães, filha de pais nobres, etc. Na não longe freguesia de Santa Eulália de Barrosas, outros: Em 1603 Frutuoso de Crasto, fidalgo da Casa Real, surge num documento a emprestar dinheiro a seu cunhado André Vaz, e assim por diante. Com as muitas lacunas existentes, difícil é dizer a que família pertence João de Crasto, «o Ligeiro».

Casou em Creixomil a 19.6.1605 com Maria Mendes<sup>3</sup>, natural da freguesia de S. Pedro de Polvoreira, lugar dos Carvalhos. Foi alfaiate, vendeu vinho. Isto na Cruz de Pedra, freguesia de Creixomil, junto às olarias, os fornos de barro a crescerem, levantados desde o chão, a loiça ainda molhada a secar ao sol, o formigueiro dos vários artífices, dos artistas, a correr. Logo, certamente pela sua azáfama, pela sua irrequietação, dão-lhe a alcunha de o «Ligeiro».

A João de Crasto, o «Ligeiro», e a sua mulher, nasce, em Fevereiro de 1608, uma filha: Domingas, baptizada a 16<sup>4</sup>. Dois anos mais tarde um rapaz: Sebastião<sup>5</sup>. É quase tudo. A 6.8.1622, na Cruz de Pedra, morre João de Crasto<sup>6</sup>. Ordena na «manda» cinco missas, rezadas por sua alma e um ofício de nove lições. Para a oferta vão dois tabuleiros de pão.

Quatro anos depois da morte do pai, com dezoito de idade, casa a 20.4.1626, Domingas de Castro, a «Ligeira»<sup>7</sup>. Eis o marido: António Francisco, carpinteiro de profissão, nascido no lugar da Pena de Galo, freguesia de S. Miguel das Caldas, filho de Francisco Frutuoso e de sua mulher Maria Pires, lavradores honrados<sup>8</sup>. A alegre venda de João de Castro,

---

<sup>3</sup> Neste assento não vêm o nome dos pais. Diz apenas: «João de Crasto da freg.<sup>a</sup> de Enfias com M.<sup>a</sup> Mendes, desta freg.<sup>a</sup>». Não são as freguesias donde eram naturais, mas sim onde viviam na altura da boda. (M 1, Creixomil, Arq. Mun. Alfredo Pimenta).

<sup>4</sup> Livro citado na nota anterior. Foram seus padrinhos Domingos Gonçalves, sapateiro, e Catarina Álvares, mulher de Cosme Lopes.

<sup>5</sup> Mesmo Livro. Foi baptizado a 27.1.1610 e afillhado de Francisco Gomes, alfaiate, e de Maria Coelho, mulher de Manuel G.<sup>o</sup>, ferreiro, S. M. N.

<sup>6</sup> Mesmo Livro.

<sup>7</sup> Idem. «Aos vinte dias do mez de Abril de 1626 arecebeo o p.<sup>o</sup> p.<sup>o</sup> Machado nesta Ig.<sup>ra</sup> por palavras de presente Domingas de Crasto minha fregueza com Ant.<sup>o</sup> Fr.<sup>co</sup> de Pena de Guallo da freg.<sup>a</sup> de S. Miguel das Caldas estando tes.<sup>tas</sup> / Jeronimo Jorge e belchior pires e a maior parte desta freg.<sup>a</sup> — Fr.<sup>co</sup> Nogueira».

<sup>8</sup> ANTT, Hab. do Santo Ofício, M 12 n.<sup>o</sup> 438, Habilitação de António de Crasto Guimarães. Carta de Familiar de 23.8.1661. Neste documento, além dos dados relativos à vida deste filho de António Francisco (na ocasião era viúvo e s.g.), constam também a naturalidade e profissões de seus pais e avós. Muito agradeço ao Dr. José Manuel Krohn da Silva a transcrição que, a meu pedido, fez desta habilitação.

ramo de louro à porta, pipos ao fundo, transforma-se na oficina de carpintaria do genro. Aí morre Maria Mendes «viúva que ficou do Ligeiro da Cruz de Pedra»<sup>9</sup>. Com as encaracoladas aparas da madeira já lhe brincava um neto, o primogénito de António Francisco: António, baptizado a 22.10.1628<sup>10</sup>. Os outros: João, Maria, Serafina, Maria Ana, José e Ângela nascerão entre 1632 e 1649<sup>11</sup>, sinos a repicarem, anos mexidos, tábuas serradas para os palcos das festas da Restauração, braços a tornearem os paus e os chuços para a defesa da raia ameaçada.

Com eles principia a história destes Castros, simples e natural, como a história de muitos. O vinho, vermelho carregado, a saltar nas infusas, o bom cheiro dos toros retalhados, o sol a aquecer-lhes as casas térreas, o vento a assobiar nas suas frestas, o tempo a diluir-lhes as dores, as esperanças, as alegrias, este quase nada, a deixar adivinhar o que foram e sentiram. É um fio de água, a saltar, vivo, que não se pode deixar de agarrar. E engrossá-lo já com António, o filho mais velho de António Francisco, mudar o cenário, largar o termo de Guimarães. Aos solavancos, aos ais, a acompanhar a época, em tormentosa jornada, vamos até Lisboa.

Ah! O Tejo em toda a sua largura, esse mar imenso! Galeotas, bergantins, naus, a ondularem ao sabor das marés. Ah! O grito das gaivotas; mergulhos no rio, o pairar sobre as águas cinzentas ou azuis, conforme o sol, os ventos, a luz e, depois, o mar largo, ondas encapeladas a engolirem as naus, grandes calmarias a ressecarem os homens, corsários estrangeiros a darem caça à frota do Portugal restaurado. Sabiamente El-Rei D. João IV, por inspiração do grande Vieira e do Conde da Ericeira, criara em 1649 a Companhia Geral do Comércio do Brasil<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> Foi a 23.9.1629. M 1, Creixomil, Arq. Mun. Alfredo Pimenta.

<sup>10</sup> Mesmo Livro. Os padrinhos foram Miguel e Domingas, ambos de Santa Maria de Infias e solteiros.

<sup>11</sup> E nas seguintes datas: João, baptizado a 29.2.1632, Maria a 20.??1636, Serafina a 28.12.1638, Maria Ana a 12.4.1642, José a 5.3.1644 e Ângela a 9.5.1649. M 2, Creixomil, Arq. Mun. Alfredo Pimenta.

<sup>12</sup> Sobre a Companhia Geral do Comércio do Brasil, ler, entre outros: Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, vol. IV, cap. VIII, pp. 115 a 117, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1944; Joaquim Veríssimo Serrão, *História*

Nascida para poder «*com segurança navegar os assucares E mais drogas do Estado do Brasil, E para conservar aquelle commercio*», congrega vários mercadores que a El-Rei oferecem os seus bens e préstimos. Nos dois primeiros anos armam e constroem 36 navios de guerra para comboiarem os seus mercantes: duas esquadras de 18 naus a partirem anualmente. Têm o exclusivo da exportação do azeite, do vinho, da farinha e do bacalhau; ajudam a libertar os portos brasileiros do poder holandês<sup>13</sup>; prestam grandes serviços ao Reino. À frente da Companhia há um conselho de nove deputados. Um deles é o rico mercador Gaspar Pacheco<sup>14</sup>, na casa onde, com dez anos, em 1636, começa a vida comercial como caixeiro, António de Crasto, primogénito de António Francisco<sup>15</sup>.

Não é difícil de imaginar a balbúrdia dos navios a partirem, das esquadras a chegarem. O peso dos sacos dos «assucares»: o branco, o mascavado, o pardo, carregados às costas. Os barris de aguardente, os olhos cansados do menino a crescer, a trabalhar, os cotos de velas a aluminarem as primeiras tentativas do aprender a ler, os gritos a mandar, a empurrar, a não deixar parar. As manhãs ainda tão cheias de noite, as noites compridas a continuarem a faina do dia, o rol das mercadorias. O olhar de António de Crasto, rente ao chão, amedrontado, a subir devagar, já com o brilho de quem vai ser rico. As mãos, aos poucos, agarram as moedas, suas à custa do muito trabalho, na casa de Gaspar Pacheco, freguesia de S. Paulo<sup>16</sup>, na Lisboa ribeirinha, ainda senhora da pimenta e dos mares.

A 23.8.1661 António de Crasto Guimarães, filho de António Francisco, carpinteiro, neto de Francisco Frutuoso, lavra-

---

*de Portugal*, vol. V, pp. 117 a 121; Gustavo de Freitas, *A Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649-1720)*, S. Paulo, 1951; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VII, p. 265 (Companhia — Hist. Econ. Companhias de Comércio e Colonização); Joel Serrão, *Dicionário da História de Portugal*, dir. de ... (Companhias); *História de Portugal*, ed. monumental dir. de Damião Peres.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Nota 8.

<sup>16</sup> Idem. Esta freguesia é descrita em Júlio de Castilho, livro acima citado, capítulos VII e VIII.

dor honrado, e de João de Crasto, vendeiro e alfaiate; morador em Lisboa, freguesia de Santos, à Boavista, «a viver limpa e abastadamente, mercador das cousas do Brasil», em cujo trato e comércio enriqueceu, é familiar do Santo Ofício<sup>17</sup>. Em Guimarães, na sua família, desenrolam-se outros quadros.

Maria de Crasto, sua irmã, é, desde 10.7.1655, mulher de Domingos Lourenço, senhor do Casal do Assento, junto à igreja de S. Martinho de Candoso<sup>18</sup>. Também outra mana, Serafina, recebera-se a 30.6.1660 com Baltasar Lopes, do Casal do Trepecido, em Santa Eulália de Fermentões<sup>19</sup>. Dessa, ouvimos o dote, ao bater à porta das «casas de morada de seu pai António Francisco, no cabo da rua da Cruz de Pedra», a 18 de Maio. Que soubemos?

Baltasar Lopes, traz em dote o Casal do Trepecido, foreiro ao Reverendo Cabido da Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira com seu privilégio das Tábuas Vermelhas, casas, moinhos, bouças e campos. E também meio casal do Miradouro, em Creixomil, «foreiro à Coroa Real de Sua Majestade e seu reguengo». É noivo da segunda filha de António Francisco e de sua mulher Domingas de Crasto, Ouçamos as suas vozes: «... *avendo effeito o dito casamento lhes prometera seu filho António de Crasto Guimarães morador na cidade de Lisboa entregar para sua filha e irmã Serafina Antunes de Crasto vinte e cinco mill reis em dinheiro cinco para darem de entrada para as ditas propriedades do futuro marido e vinte para a esposada se vestir como lhe parecer*»<sup>20</sup>. E como lhe parece Serafina Antunes de Crasto?

Ouro, muito ouro em cordões e brincos, justa casaquinha de negra peluche, grave fato preto de muito luxo. É o seu

<sup>17</sup> Nota 8. A «praia da Boavista», as ruas à Boavista, freguesia de Santos, fazem parte da descrição acima citada. Prolongava a Rua Direita.

<sup>18</sup> Livro citado na nota 11. Domingos Lourenço era filho de Domingos Gonçalves e mulher Senhorinha Lourenço, moradores no Casal do Assento e já falecidos na data do casamento.

<sup>19</sup> Mesmo livro. Os pais de Baltasar Lopes foram Domingos Jorge e mulher Francisca Lopes.

<sup>20</sup> «Dote de Baltasar Lopes com Serafina de Crasto», Livro de notas do Tab. Bento da Cruz Lobato (12-3-55), Arq. Mun. Alfredo Pimenta.

parecer? Dão-lhe os pais «*hua caixa de madeira p.<sup>a</sup> Roupa das que hade aver em casa e huma manta de burel e dous lamssões de linho*»<sup>21</sup>. O resto, se houve mais, perdeu-se nas carcomidas folhas do livro do notário. Não importa. Serafina Antunes de Castro e Baltasar Lopes, águas do Rio Selho a moverem os seus moinhos, dão princípio a um frondoso ramo de Castros a florescer até aos nossos dias. O mesmo acontece a sua irmã e ao cunhado, Maria de Crasto e Domingos Lourenço, no Assento, em S. Martinho de Candoso, ali mesmo junto à igreja, na sua linda traça românica, o correr da cachorrada a sustentar-lhe a cornija. E vai acontecer com as outras duas, Maria Ana e Ângela de Crasto, as irmãs mais novas de António de Castro Guimarães.

Com o testamento do pai, António Francisco, escrito a 3.3.1666, poder-se-ia pintar um pequeno retábulo, cheio de ingenuidade, de fé; luz a matizar a eternidade com o pouquinho do dia a dia. No alto, como intercessores, a Virgem Nossa Senhora, o Bem Aventurado S. Miguel o Anjo, e todos os mais Santos do Céu. Sobe a sua alma, amparada pela Santíssima Trindade; o corpo, envolto no hábito de Santo António, jaz na igreja. Acompanham-no dez padres, rezam-lhe os ofícios. A oferta para o primeiro, «rezado no dia que Deos me levar», também se vê: dois tabuleiros com dez pães cada, dois cântaros de meio almude cheios de vinho e um bacalhau. Para os outros há mais pão, vinho, peixe ou carne à vontade de seu herdeiro e testamenteiro, seu filho António de Crasto Guimarães, morador em Lisboa, «pellas boas obras que delle tenho recebido e pellos dotes que deu e dá a suas irmãs». Quanto aos bens: um prazo ao filho, os móveis que se acharem em casa repartidos por «minhas filhas todas quatro como boas irmaans»; um legado para uma mulher casada «que cura de mim» e uma outra casa para a filha mais velha, Maria, com uma obrigação: dar todos os anos meia canada de azeite ao «Senhor São Sebastião», da vila de Guimarães. É assim a «manda» escrita pelo Padre João

---

<sup>21</sup> Idem. Este livro está muito estragado.

Borges Pacheco<sup>22</sup> e assinada pelo testador, António Francisco Ligeiro<sup>23</sup>.

Continuar a falar das irmãs de António de Castro Guimarães é falar de mais casais minhotos. Do casal do Aidro, em S. Miguel das Caldas de Vizela, para onde vai Maria Ana de Crasto, casada na ermida de Santo André de Creixomil, a 29.5.1667, com Domingos Ribeiro<sup>24</sup>, possuidor da quinta. E do casal das Courelas de Baixo, freguesia de S. João de Ponte, para onde entra, a 19.5.1669, Ângela de Crasto, já mulher de Gonçalo Rodrigues<sup>25</sup>, senhor do casal, privilegiado das Tábuas Vermelhas. Recebida na mesma igreja onde casa-

<sup>22</sup> Mencionado no meu *Velhas Casas. III-Casa de Laços*.

<sup>23</sup> M 3 de S. Martinho de Candoso, Arq. Mun. Alfredo Pimenta. A «manda» está na última página do livro. António Francisco faleceu em casa de sua filha Maria de Crasto a 5.3.1676 (mesmo livro); sua mulher faleceu em Creixomil a 6.5.1675 (M 3, Creixomil).

<sup>24</sup> O noivo era filho de João Ribeiro e mulher Marta Francisca, da freguesia de S. Miguel das Caldas. As testemunhas foram Paulo Borges (v. *Casa de Laços*, acima), Domingos Fernandes, viúvo, e Belchior Pinheiro, mercador. M 2 de S. Miguel de Creixomil.

<sup>25</sup> Mesmo livro. Gonçalo Rodrigues era filho de João Rodrigues e de sua mulher Maria Salgada, neto paterno de Gonçalo Rodrigues, 3.<sup>a</sup> vida no Prazo das Courelas de Baixo e de sua mulher Maria Dias, das Courelas de Riba, e materno de Gonçalo Francisco, senhor do Casal do Miradouro, em Creixomil, e de sua mulher Margarida Álvares (pais também do Rev.<sup>do</sup> Marcos Salgado, cónego da Real Colegiada de Guimarães) e bisneto na varonia de João Rodrigues e mulher Inês Rodrigues, senhores das Courelas. A 15.5.1236 o procurador do D. Prior e do Cabido da Colegiada, perante o Juiz da Vila «protesta de que se alguns homens das Courelas do Couto de S. João de Ponte, ou outros do mesmo couto, cuja jurisdição era da Colegiada, recorressem a ele Juiz ou seu Ouvidor, não fizesse isso prejuízo ao D. Prior e Cabido ou sua Igreja a quem pertencia tal jurisdição» («Ephemérides Inéditas», in jornal *O Independente*).

Para as Courelas, ver: José Augusto Carneiro, *Memória Genealógica e Biographica sobre Marinhos Falcões*; António Marinho Falcão, *Aditamentos à Memória Genealógica e Biographica sobre Marinhos Falcões*, p. 33; Helena Cardoso de Macedo e Menezes e Maria Adelaide Pereira de Moraes, *Genealogias Vimaranenses*, p. 11, nota 10. O meu *Velhas Casas. I-Casa da Ribeira*. Para todos os casais privilegiados, v. «Livro dos Privileg. de N. Senhora da Oliveyra», in *Boletim de Trabalhos Históricos*, volumes IV e V.

ram seus sogros, João Rodrigues e Maria Salgada<sup>26</sup>, recebe também o dote dos Salgados a principiari na remota Cuba: «Jesus Avana avinte d'Agosto de mil seiscentos e vinte e sette ...»<sup>27</sup>, a alegrar até muito longe a sua numerosa descendência.

Trepecido, Courelas e o Casal de Sendelo, em Santa Maria de Silvares, para onde torna a casar, em 1673, Serafina Antunes de Castro<sup>28</sup>, viúva de Baltasar Lopes, têm, como

---

<sup>26</sup> Livro citado na nota 11, foi a 24.5.1638.

<sup>27</sup> «Livro em que se comtem os descendentes de Fernão Peleja e Anna Peleja irmãos de Francisco Salgado, que ham de haver os dotes, que elle lhe manda dar na conformidade de sua memória, que vai aodiante». Dote dos Salgados, Códice n.º 354, Bib. da Santa Casa da Misericórdia, Guimarães.

Neste curioso manuscrito, encadernado, vem a descendência dos irmãos de Francisco Salgado, com exclusão dos que não receberam o dote. É um mundo! Em 1627, Francisco Salgado, desde Havana, Cuba, mandou para a Misericórdia de Guimarães cinco mil pesos de oito reais cada para serem postos a juros. O rendimento de mil seria para a Misericórdia pelo trabalho da administração e o dos restantes quatro mil para os dotes de casamento das descendentes de seus irmãos, enquanto o mundo durasse (nem todas receberam; a última dotada foi em 1847). Tem imensas cláusulas o interessante documento que assim principia: «Jesus. Avana Avinte d'Agosto de mil e seiscentos e vinte e sette — Memoria — He minha vontade que de meus bens, e melhor parado delles sendo Deos servido levallos...». E continua: «... Eu tive na dita villa de Guimarães hum irmão que se chamava Fernão Pelleja, que morreo em hua herdade chamada o miradouro e assim mesmo hũa irmãa minha que he tambem defunta que se chamava Anna Peleja que foi casada com Affonso Alvares morreram em hũa herdade que se chamava o miradouro, e ambos de dous meus irmaaons deixaram filhos e asi quero, e he minha vontade que elles e seus descendentes para sempre jamais as molheres que nacerem e tiverem ao tempo e quando queiram cazarse...», etc., etc.

A viúva de Francisco Salgado, acrescentou depois ao dote legado pelo marido mais cinco mil pesos. Chamava-se Maria de Ayalla.

<sup>28</sup> Com Domingos Gonçalves, senhor do Casal de Sendelo em Santa Maria de Silvares, também viúvo. No dote, escrito a 4.8.1673, combinam casar o filho dele, António, com a filha dela, Inês de Crasto, assim que tiverem idade. Livro de notas do Tab. Domingos da Cunha (12-4-28), Arq. Mun. Alfredo Pimenta. Domingos Gonçalves era neto paterno de outro de igual nome, do mesmo Casal de Sendelo, e de sua mulher Helena Rodrigues (rec. a 7.5.1581), filha de João Rodrigues e mulher Inês Rodrigues, do Casal de Courelas (nota 25).

muitas outras terras, os privilégios das Tábuas Vermelhas. São os favores concedidos pelos nossos primeiros Reis à Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira e a seus caseiros. Ampliados por El-Rei D. João I, mandados inscrever nas tábuas encarnadas por El-Rei D. Afonso V, confirmados pelos Reis D. Manuel e D. João III, são ciosamente guardados. Isenta-os o privilégio de pagar contribuições extraordinárias, de servir encargos no concelho, de conduzir dinheiros e presos. E mais:

*«Não se lhes tome mancebo nem manceba, nem os filhos dos seus labradores, nem sejam constrangidos que morem com o amo contra suas vontades, nem velem, nem roldem, outrossim, nem uma pessoa De nossos Reinos, por poderosa que seja, nam pouze com elles, nem seus labradores, nem lhe tomam palhas, nem Sebadas, nem Roupas, nem galinhas, nem bestas, nem outras nenhumas cousas contra suas vontades; nem peguem em nenhum nosso serviço, que por nós e por nossos conceilhos sejam lansados; e outro sim nom nos sirvão por mar nem por Terra»*<sup>29</sup>. Livres do fisco, das demandas, dos «serviços» no Trepecido, nas Courelas, em Sendelo, sucedem-se os anos. No Aidro, no casal do Assento, sem esses privilégios, o mesmo trabalhar, a mesma terra farta.

Domingos Lourenço, Baltasar Lopes e Domingos Gonçalves, os dois maridos de Serafina de Crasto, Domingos Ribeiro, Gonçalo Rodrigues e suas mulheres, irmãs e cunhados de António de Crasto Guimarães, troncos<sup>30</sup> de muitos Castros, enchem os casais com seus filhos, netos bisnetos. É uma enorme geração a estender-se, a alargar-se por Guimarães, por Portugal, pelo mundo. Está nos campos, nos palácios, no mais alto, no mais rasteirinho. Penetra por vezes no comércio, brilha de onde a onde na nobreza, sobe na dura vida dos dourados Brasis. Agarra-se à terra, permanece. E também cai, esbate-se, desaparece, anónima, no tempo.

---

<sup>29</sup> Padre António José Ferreira Caldas, *Guimarães. Apontamentos para a sua história*, Porto, 1887, vol. II, p. 87, Privilégios das Tábuas Vermelhas.

<sup>30</sup> Ver Apêndice II.

Quanto aos irmãos de António de Crasto Guimarães, João e José, outro é o seu destino. Longe, quase esquecidos, sem sequer serem mencionados na manda do pai. Um rufar de tambor, a tropa a passar, um rapaz a ir: João da Silva de Crasto, o começo da carreira a findar com bons serviços: Sargento-mor da Companhia de Campo de Ourique<sup>31</sup>, o ir em frente, ao toque do cornetim, sem olhar para trás. E José, onde pára? É aquele grave comerciante, Familiar do Santo Ofício, a viver no Porto, freguesia de S. Nicolau. Marido de Inês Josefa Pereira, filha de um ourives de prata, nada nos diz que não siga as pisadas do sogro. Sem descendência legítima, José de Castro Guimarães, teve um filho natural, de nome Brás, havido duma escrava negra<sup>32</sup>. Por agora vamos deixá-los a todos. Aos dos casais, ao da cidade, ao das campanhas. Para continuar somente com a vida e feitos de António de Crasto Guimarães, o primogénito de António Francisco «carpinteiro de carros», origem deste estudo.

Francisco de Vasconcelos pesquisou na Torre do Tombo<sup>33</sup>. Maria Adelaide Pereira de Moraes continua a escrever.

---

<sup>31</sup> De 23.10.1675 a 20.3.1698, como se lê no Alv. de Fid. Cav.º de seu irmão António (nota 65). Deve ter morrido solteiro, pois o irmão herdou-lhe os «serviços». Diz Gayo (nota 34): «Cap.º de Inf.ª na guerra da Aclamação servio com vallor foi Sargento Mor e dipois Cap. Mor e Mestre de Campo de Ourique». Nascido na Cruz de Pedra e baptizado a 29.2.1632 (nota 11), tinha 66 anos ao terminarem os seus serviços em 1698 no posto de Sargento Mor na Companhia de Campo de Ourique. Mestre de Campo deve ser equívoco.

<sup>32</sup> ANTT, Hab. de Santo Ofício, Habilitação de José de Castro Guimarães. Carta de Familiar. Diz Gayo que foi Administrador Geral da Fazenda Real na cidade do Porto.

<sup>33</sup> Na impossibilidade de me deslocar a Lisboa, Francisco Luís Saraiva de Vasconcelos, por amizade e roubando tempo às suas valiosas investigações, pesquisou e copiou na Torre do Tombo os factos a partir desta (com excepção da 53 e 65) até à nota 106, relativos a estes Castros. Sem a sua enorme ajuda não haveria esta história. Não foi só ver o que lhe pedi. Foi muito mais além. Descobriu novos elementos, documentação, deu sugestões, mandou-me fotocópias. Para tanto é muito pouco fazer o que aqui faço: um muito amigo e grato obrigada.

Dizem-no «hum dos mayores homens de cabedaes e creditos destes Reynos»<sup>34</sup>. Vive na sua casa em Lisboa, na rua Direita, a S. Paulo<sup>35</sup>. Aí entram, a solicitar conselhos, os secretários de Estado. Daí saiem em elevadas quantias, as «propinas» para os Embaixadores, empenhados no ressurgir de Portugal nas cortes da Europa. Está casado com Isabel Vieira<sup>36</sup>, tem filhos. Vamos vê-los a todos, perdidos de entusiasmo, a família inteira de António de Crasto. Suspensos, assistem com toda Lisboa à entrada do Marquês de Ornano, Embaixador Extraordinário do Ducado de Sabóia para celebrar os esponsais da Princesa Dona Isabel Luísa Josefa, presuntiva herdeira do trono português, com Vítor Manuel de Sabóia, seu primo co-irmão. Também queremos ver:

*«... todos os coches dos grandes, e Nobreza da Corte, como he costume, com os seus gentis-homens. A este cortejo se seguião quatro coches de respeito da Princeza, e cinco do Principe, e em hum de hua pessoa hia o Embaixador à mão*

---

<sup>34</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Imp. Diplomática do Original Manuscrito, 1939, tomo XI, Castro, § 121.

<sup>35</sup> V. nota 16. Antigamente o Largo de S. Paulo ficava mais a poente que o actual. A Rua Direita de Cata-que-farás ia lá dar. Desta rua e imediações vem uma excelente descrição no *Guia de Portugal*, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1.º vol., Lisboa e Arredores, pp. 353-355, VI-Bairros marginaes de Oeste.

<sup>36</sup> Gayo (nota 34), tomo XXI, Monterroyos ou Monterrozo, § 4, acrescenta ao nome de Isabel Vieira Teixeira o de Monterrozo. Diz ser filha de António Vieira Monterrozo Cabral e Alvelos e mulher (rec. em Lisboa) Dionizia dos Santos Pereira, neta paterna de Domingos Vieira Monterrozo que em 1688 fez uma justificação no concelho de Benviver, sendo escrivão António de Sequeira de Lordelo, e mulher Isabel Mendes de Madureira, e bisneta paterna de João Pires de Alvelos, morador em Benviver na sua quinta de Alvelos «q teve grande casa», e mulher Antónia Vieira, filha de Diogo Pires de Altero. Em duas genealogias manuscritas na Biblioteca da Ajuda (árvores do filho de Manuel de Castro Guimarães, Bibl. da Ajuda, Gen. ms. 49.XIII.37, tomo 65, fl. 80 e 50-IV-19, tomo 95, fl. 332 (inf. de Francisco de Vasconcellos)) dá-se numa a Isabel Vieira mais o apelido de Monterroio e noutra Monterroio Alvelos Cabral, e os mesmos avós referidos por Gayo. Não possuo elementos para confirmar ou negar esta ascendência. Teriam parentesco com o genealogista José Freire Monterroio Mascarenhas? O sobrenome Alvelos é usado pelo filho, cónego, de Isabel Vieira.

*direita do Marquez conductor, com dezoito lacayos com librés de pano azul fino guarnecidos de passamanes de prata, fitas amarelas e espadins dourados, oito pagens com uniformes vestidos do mesmo pano, mas com mais custoza guarrição. Levava hua liteira forrada por dentro e por fora de veludo carmezim, com grandes franjoens de ouro, e o primeiro coche na mesma forma, tirado por seis fermosos cavallos bayos, no segundo, que tambem era rico hião seis Gentis-homens com luzidas galas, no terceiro que imitava no custo ao segundo, hião alguns cavalheiros saboyardos ...»<sup>37</sup>. Passa o cortejo.*

Contrata-se a vinda do Duque de Sabóia para Portugal, conduzido numa Armada Portuguesa. A sua custa e sem qualquer lucro, António de Crasto Guimarães, fornece de todo o necessário a Armada a largar. Comanda-a o General Pedro Jacques de Magalhães, Visconde de Fonte Arcada. São oito grandes naus, é capitania a «S. Francisco de Assis», chamada o «Monte de Ouro». Saída de Lisboa a 23.5.1682, chega a Nisa «com prospera viagem». O Duque de Cadaval, encarregado por El-Rei D. Pedro II de trazer para Portugal o futuro Príncipe-Consorte, não quer ou não pode levar a bom termo a sua missão<sup>38</sup>. Solteira morrerá a princesa portuguesa. Regressa sem glória, encoberta pelos mistérios da História, «uma das mais ricas Armadas, que vio sobre si o mar Oceano, e Mediterraneo»<sup>39</sup>, ida a Sabóia, provida por António de Crasto Guimarães, cuja vida queremos contar.

Apesar de só ter 15 anos, de ter um avô com ofício mecânico, de ter sido recusado uma vez, as tenças d'el Rei<sup>40</sup> e o

---

<sup>37</sup> D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo VII, Lisboa-Occidental, Na regia Officina Sylvianna, e da Academia Real, MDCC XL, p. 475 e seguintes.

<sup>38</sup> Obra citada na nota anterior; Joaquim Veríssimo Serrão, livro mencionado na nota 12, pp. 215 a 217; *História de Portugal*, ed. monumental, pp. 128-129.

<sup>39</sup> Nota 37.

<sup>40</sup> ANTT, Índices da Chancelaria da Ordem de Cristo (próprio) — Manuel de Castro Guimarães — Padrão de 12\$000 de tença com o hábito, pagos em um dos almoxarifados do Reino (data: 27.7.1682), livro 73, fl. 314 v.

Hábito de Cristo<sup>41</sup> já enobrecem o filho mais velho de António de Crasto: Manuel de Castro Guimarães. Mal tem a mesma idade, igual mercê para o filho segundo<sup>42</sup>, António de Castro Guimarães ou de Castro Avelos, depois cónego da Sé de Lisboa<sup>43</sup>. O Convento de Chelas, sem dúvida a troco dum bom dote, recebe como freira professa uma das filhas de António de Castro, Francisca de Santa Rosa<sup>44</sup>. A outra, Josefa Micaela de Castro, vai casar com José Maria de Castro. Que mais poderemos dizer da opulenta casa de António de Castro Guimarães, «marido e senhor»<sup>45</sup> de Isabel Vieira, servida por muitos criados, o Tejo quase a bater-lhe à porta, o fumo das devotas velas a subir ao céu, o recato da vida de então a impedir-nos de lhe escancarar as portas?

Vê-se um brilho, uma réstea, uma sombra quase ignorada. Procura-se num livro, num memorial, numa enciclopédia. É tentar vê-la. Ei-la: surge clara, límpida, banhada de luz:

*«Dona Josepha Michaela de Castro, filha primogénita de António de Castro Guimarães e de Dona Isabel Vieira Mon-*

<sup>41</sup> Idem, Carta de Hábito de 15.7.1684, livro 58, fl. 328. Recusado por ter apenas 15 anos e o avô ter sido carpinteiro de carros, Manuel de Castro Guimarães apela para o Rei. Manifesta que de todos os avós só o paterno é que exercera ofício mecânico. Sua Majestade, em atenção aos serviços de seu pai, remove por dispensa régia as dificuldades. Concede-lhe a mercê desobrigando-o das restantes provas. O Hábito é tomado a 12.6.1684.

<sup>42</sup> Idem, Idem — António de Castro Guimarães — Padrão de 12\$000 de tença com o Hábito (data 1.3.1695), livro 82, fl. 276. Alvará de Cavaleiro na Ordem de Cristo (20.1.1696), livro 6, fl. 80 e a Carta de Hábito (28.1.1696), livro 60, fl. 79 v. António de Castro Guimarães, tinha somente 15 anos; obteve as mesmas dispensas que seu irmão. Por não haver livros de assento da freguesia de S. Paulo, deste período, na Torre do Tombo (desaparecidos no terramoto de 1755?), só por estes papéis posso determinar o ano do nascimento dos filhos de António de Castro: Manuel nasceu em 1669 e António (deve ser o mais novo de todos) em 1680.

<sup>43</sup> Já o era em 1702 (testamento de sua mãe, nota 53).

<sup>44</sup> Em 1702 era freira professa no Convento de Chelas (testamento de sua mãe).

<sup>45</sup> Expressão usada no testamento de Isabel Vieira (nota 53).

terroyo, igualmente illustres por sua ascendencia... Foy dotada de todas as prendas, com que a natureza costuma fazer muitas matronas illustres, porque sendo formosa era discreta, de animo varonil, e tão raro engenho, que não via cousa, ainda das menos naturais do sexo, que não executasse, com mais primor e arte que os mesmos mestres ...»<sup>46</sup>. E continuam os elogios: «... a natureza a ornou de fermesura, discrição, e tão raro engenho, que executava primorosamente tudo quanto obravão os milhores professores das artes liberais. Teve grande instrução dos livros para que lhe servia a intelligencia das linguas Latina e Franceza ... deixou escritos na lingua materna e latina ...»<sup>47</sup>.

Ambos os autores ressaltam o seu engenho, a facilidade de aprender, a gravidade, «a grande erudição e sabedoria» das suas obras manuscritas. Sensatas folhas, escritas ora em português, ora em latim, que temas versariam? Na casa da rua de S. Paulo entram, saiem, a par dos Conselheiros do Reino, os melhores mestres de latim, de francês, de retórica, maravilhados com o discorrer da primogénita de António de Castro Guimarães. Ele e sua mulher entreolham-se, atónitos, ao contemplar a filha. E venha mais um professor, e venha mais uma arte, pois a menina sabe, pois a menina escreve ...

E Josefa Micaela de Castro casa com José Maria de Castro «nobre genovez como legitimo descendente da Casa

---

<sup>46</sup> Damião de Froes Perym, *Theatro heroïno abcedario histórico, e cathalogo das mulheres illustres em armas, letras, acções heroicas, e artes liberaes*, t. 1.º e 2.º, Lisboa na Offic. de Musica de Theotonio Antunes Lima e na Regia Officina Sylvianna, 1736-1746, 1.º vol., p. 545. Damião de Froes Perym é o anagrama de Frei João de S. Pedro, frade jerónimo e Geral da sua Congregação, autor destes livros.

<sup>47</sup> Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, 2.ª ed., Coimbra, Atlantida Editora, M MCLXVI, 2.º vol., p. 545. Também é mencionada na *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VI, Castro (Josefa Micaela de).

Castro»<sup>48</sup>. «Conservam suas obras seus sete filhos ...»<sup>49</sup>. Talvez perdidas, ao correr do tempo, não podemos apreciá-las. Da sua pena, da sua figura envolta em sedas, da cabeleira empoada, debruçada sobre os filhos, atenta aos mestres, aos novos horizontes, uma pequena lembrança. Dos seus manuscritos em latim e português uma vaga recordação. D. Josefa Micaela de Castro, luz a tremeluzir na sombra, vai voltar para o quase esquecimento. Mas, para um escritor coevo, leitor e admirador dos seus escritos fica «a viver perdurável sua memória, nesta breve escritura eterna sua fama»<sup>50</sup>. Entretanto:

A 3.2.1690 funda-se a Companhia de Cacheu e Cabo Verde. O contrato tem a duração de seis anos. À sua frente, com mais quatro, figura António de Crasto Guimarães<sup>51</sup>. «... o que

---

<sup>48</sup> Livro citado na nota 16. Pelos motivos explicados no 2.º parágrafo da nota 42 não se pode precisar a data deste casamento. Num manuscrito que pretenceu ao Dr. João Antunes Guimarães: «Castro Guimarães» (ignoro a origem), lê-se: «5 D. Josefa Micaela de Castro, filha de António de Castro dos Guimarães casou com José Maria de Castro, homem de negócio italiano». No testamento da mãe (nota 53), ao mencionar a filha diz-se: «cazada com Joseph Maria de Castro». Com os meus limitados conhecimentos de apelidos italianos não sei nada sobre este em Itália. Gustavo de Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, Pub. Lit.º da Câmara Municipal de Lisboa, 1939, vol. II, p. 233, na lista dos provedores da igreja do Loreto (igreja dos italianos) dá dois com o sobrenome de Castro: «Gio Gomaro Castro (1667), e João Tomaz Castro (1670) e (1676)». Contemporâneos de José Maria Castro, serão da sua família?

<sup>49</sup> Livro citado na nota 46. No m.º mencionado na nota anterior, lê-se o nome de quatro filhos de D. Josefa Micaela: Francisco de Castro de Alvelos, beneficiado, frei Martinho, José e Joaquim. A partir daí, com as informações colhidas na Torre do Tombo por Francisco de Vasconcelos e os dados tirados por Anne de Stoop, *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, Liv. Civilização, 1987, do Manuscrito Anónimo da Collecção Sintriana (por volta de 1851), Biblioteca Municipal de Sintra, compuz o Apêndice I. D. Josefa Micaela «faleceu com quarenta e nove anos de idade aos dez de Setembro de mil setecentos e dezouto» (livro citado na nota 46).

<sup>50</sup> Livro citado na nota 46.

<sup>51</sup> Coronel Leite de Magalhães, *A Guiné Portuguesa através da História*, Cadernos Coloniais, n.º 24, Ed. Cosmos, p. 13. Os outros fundadores da Companhia foram: Luís Martins, Gaspar de Andrade, Francisco Mendes de Barros e Domingos Monteiro de Carvalho.

se pretendia especialmente era o monopólio do resgate. Incontestavelmente, os 'negros' que se arrancavam, por compra, da vida e morte vil entre os grandes potentados do sertão, melhoravam de sorte e promoveriam, com o seu trabalho, o desenvolvimento das riquezas dos domínios europeus do Ultramar ...»<sup>52</sup>. Pretenderiam ...

E um largo traço negro, escuro de dor e sofrimento, alastra por estas páginas. São mães a quem arrancam os filhos, são filhas a perderem os pais, são irmãos brutalmente separados e atirados para os porões dos navios. São noites e dias de angústia de quem não percebe, de quem morre aos poucos, acorrentado, estonteado, sem poder fugir. Depois, para quem não morreu, uma vida de trabalho, de suor a escorrer pelos corpos pretos, de vergastadas desenhadas nas costas. Mas também para muitos um novo lar, uns patrões amigos, a relativa felicidade. É a escravatura, medonha em quase todos os seus aspectos, fonte de prosperidade para novas terras. Uma enorme injustiça, uma necessidade, que procuramos «ver» com os olhos da época. À testa de mais uma companhia, António de Castro Guimarães, terá em breve um grande revez.

Isabel Vieira por «não haver cousa mais certa do q falecer da vida presente», a 28-1.1702, «por andar molestada e não poder escrever», encarrega o Beneficiado José Clemente de fazer o seu testamento. A 2.12-1704, na sua casa, a S. Paulo, deixa marido, filhos, netos; sua alma parte para Deus<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> ANTT, Registo Geral dos Testamentos, livro 105, fl. 7 v. «Testamt.º de Isabel Vieira, T.mtr.º seu marido Ant.º de Castro Guimarães m.ºr a S. Pl.º escrito a rogo da testadora a 28.1.1702 pelo Ben.º José Clemente. Aprovado no dia seg.<sup>to</sup> e em casa dela na rua Direita a S. Paulo pelo Tab. de Notas Jorge Saraiva de Carvalho e Aberto pelo mesmo Tab. a 2.12.1704. Uma das tes.<sup>tas</sup> é um creado da casa: Estevão da Silva, outros recebem legados: Iria Antónia, Margarida Pereira, Maria de Alcobaça, uma rapariga, Catarina de Sousa, Maria da Costa casada com um esparteiro e Maria Pereira, m.ºr dum ex-creado, m.ºra em Santarem». As três últimas já não estavam ao serviço. A fotocópia deste testamento foi-me enviada, a meu pedido, do ANTT. Ao seu Ex.<sup>mo</sup> Director, muito agradeço mais esta atenção.

Agora no nosso horizonte uma grande instituição: a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. E também a mão duma grande senhora: a Condessa de Penaguião<sup>54</sup>. À Companhia negreira, então denominada de Cacheu e Índias, empresta a juros, a Santa Casa da Misericórdia, vinte e cinco mil cruzados. À mesma Junta entrega, também a juros, doze mil cruzados a senhora Condessa de Penaguião. Extinta a Companhia por real decreto, manda El-Rei ajustar as contas. Os responsáveis são: António de Crasto Guimarães, desgostoso «com o ruim sucesso da dita Companhia não só no empate do cabedal com que nela entrara mas também pelo mais que lhe era preciso», e os mais interessados.

O poder da Santa Casa, a mão da nobilíssima dama, esmagam, apertam com dureza. Não contra o Corpo da Cacheu e Índias, não contra o tesoureiro; as duas sentenças vão só sobre António de Crasto. Será ele a pagar os trinta e sete mil cruzados das dívidas e seus réditos. Concede-lhe El-Rei D. Pedro II uma moratória por dois anos. Finda o tempo. Como pagar as dívidas e juros a importarem em perto de quarenta mil cruzados? Como satisfazer esses encargos «sem grande ruína da sua casa pois tem os seus cabedais espalhados»? Não, «não era justo ser elle, que não contrahiu a dívida, a pagá-la» mais a mais havendo na Junta de Cacheu «Efeitos que vendidos remediariam tudo». A 1.2.1707 faz El-Rei saber que António de Crasto Guimarães gozará de mais uma moratória de dois anos<sup>55</sup>.

---

<sup>54</sup> Filha dos 5.<sup>os</sup> Condes de Atouguia, D. Luís de Ataíde e D. Filipa de Vilhena (a que em 1640 armou seus filhos cavaleiros), D. Luísa Maria de Faro foi Condessa de Penaguião por casar com seu primo João Rodrigues de Sá e Menezes, 3.<sup>o</sup> Conde desse título, um dos 40 fidalgos que a 1.12.1640 aclamaram D. João IV. Conselheiro de Guerra e do Estado, Embaixador Extraordinário a Inglaterra, Herói da Guerra da Restauração, deixou algumas obras escritas. Foi o Conde de Penaguião um dos homens notáveis do Portugal restaurado. Faleceu a 21.10.1658. A Condessa faleceu a 9.7.1708, dois meses depois do alvará citado na nota 56.

<sup>55</sup> A 1.<sup>a</sup> moratória concedida a António de Crasto Guimarães nesta espinhosa questão, está no ANTT, Chancelaria de D. Pedro II, António de Crasto Guimarães, Alvará de moratória, livro 46, fl. 287 v. A 2.<sup>a</sup>, já no reinado de D. João V, acha-se no mesmo Arquivo, Chancelaria

A 24.5.1708 são atendidas as súplicas de António de Crasto. Sua Majestade El-Rei D. João V há por bem «*que se ponha logo em sequestro tantos bens da dita Junta de Cacheu quantos bastem para pagamentos dos 37 mil cruzados e seus réditos de que o suplicante faz menção na forma que pede sem prejuízo do direito que tiver a minha fazenda e da mesma Junta de Cacheu*»<sup>56</sup>.

Em quantas mais gavetas, escaninhos, arcas e baús abertos e esquadrinhados se acharão papéis, letras, movimentos da grande casa comercial de António de Crasto Guimarães? Nas chancelarias, em velhos palácios, sabe Deus aonde. Para já só duas cartas<sup>57</sup> bem guardadas num arquivo particular. Assina-as o desembargador Jerónimo Vaz Vieira<sup>58</sup>, em Lisboa, a entrar no Paço, entre audiências régias, muitas Vossas Mercê, arranjos de bodas e sussurros confidenciais. Uma traz a data de 20.10.1703: «*... mas que remédio, o dinheiro de António de Crasto já está desembaraçado da fiança, e lhe pedi o deixasse ficar à Resão de juro na sua mão, de que me fez escrito a cinco por cento ...*». Lê-se na outra, datada de 12.12.1707: «*... e do juro q paga António de Crasto do que lá tem e eu não cobreí ...*». Apetece contar das mais missivas: os cuidados da saúde, as sangrias continuadas a quem «lançava sangue pela boca», as complicadas jornadas, os pleitos dos morgadios. Corta-se a fantasia. Referências a

---

de D. João V, António de Castro Guimarães, Alvará de moratória por dois anos dentro dos quais a Junta de Cacheu e Índia lhe entregaria uma que satisfizesse suas dívidas (16.11.1706), livro 29. Este extenso documento foi escrito a 1.2.1707.

<sup>56</sup> ANTT, Chancelaria de D. João V, António de Castro Guimarães, Alvará para fazer sequestro nos bens de que trata (24.5.1708), livro 30, fl. 151.

<sup>57</sup> «Cartas do punho de Rev.<sup>do</sup> Jerónimo Vaz Vieira para João Machado Fagundes», Arq. Particular da Casa de Pindela. São cartas, muito curiosas, escritas em Lisboa de 1703 a 1709. João Machado Fagundes, senhor de Pindela, tinha tido uma demanda, que venceu, sobre o senhorio de Arnoso. Ainda estava solteiro, facto que muito afligia o Dr. Jerónimo Vaz Vieira.

<sup>58</sup> Dele falo no meu *Velhas Casas*. III - *Casa do Costeado* na nota 57. Era Desembargador dos Agravos, instituidor do Morgadio de Tresmonde, etc.

António de Crasto, nestas curiosas cartas, só estas duas frases. Secas, mirradas, a nada dizerem do seu dia a dia.

Magnífica, majestosa, ainda em toda a beleza e esplendor, a igreja do Convento do Carmo, em Lisboa. Para lá nos dirigimos. El-Rei D. João V faz saber: *«por vagar para a Coroa a capela instituída por Domingos Fernandes e Maria Dias no Convento do Carmo desta cidade porquanto não havia parente algum do sangue dos instituidores<sup>59</sup> e a incorporar na Coroa à sua custa, faz mercê da dita capela a António de Castro Alvelos na sua vida somente e na forma costumada»<sup>60</sup>*. Desde 4.6.1708, António de Crasto Alvelos, filho segundo de António de Castro, administra uma das capelas no lindo Convento do Carmo, anos mais tarde a cair, a perder-se no grande cataclismo a arrasar Lisboa.

Meses depois, a 20.11.1708, tomamos outro caminho. Subimos até às Chagas. Ouviu El-Rei o Conde da Ilha do Príncipe<sup>61</sup>. Tem este entre os seus bens de morgado «um pedaço de terra nesta cidade chamado o Sequeiro das Chagas». É um chão infrutífero; só dá para no inverno semear alguma cevada. Talvez renda 20 mil réis por ano. Parte este chão com casas de Manuel de Castro Guimarães, Cavaleiro na

---

<sup>59</sup> Registo da capela dada em 1708 a A. de Castro Alvelos. Está na Biblioteca da Ajuda, num dos 3 livros de genealogias de José Freire Monterroio Mascarenhas, que foi escrito em 1725. Tem a cota Ms.47.XIII.16. Capelas do Convento do Carmo (fls. 197 a 247). A capela de António de Castro de Alvelos está na fl. 209. Transcrição do registo: «Domingos Fernandes e sua m.<sup>ca</sup> m.<sup>a</sup> dias tem 8 Missas resadas, quatro neste conv.<sup>to</sup> e quatro em a Igreja de Alhos Vedros, casas obrigadas e com seu quintal, que estão na Orta Velha junto à Ermida de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Vitória, junto à Igreja, e outras propriedades, vejasse o Livro Velho, p. 164 v., é administrador Luiz Alz Themudo, tem satisfeito athe o anno de 1636». A margem: «Vaga. O administrador denunciou della» (informação de Francisco de Vasconcelos).

<sup>60</sup> ANTT, Chancelaria de D. João V, livro 31, fl. 123. Alvará de administração vitalícia da capela instituída por Domingos Fernandes e Maria Dias no Convento do Carmo em Lisboa (4.6.1708).

<sup>61</sup> Na Casa dos Condes de Lumiares andou, desde 4.2.1640, o título de Conde da Ilha do Príncipe, mudado por El-Rei D. José em Lumiares. O 3.º Conde da Ilha do Príncipe († em 1724) foi António Carneiro de Sousa, suc. a seus maiores, capitão-mor de várias capitánias no Brasil e que se distinguiu contra os espanhóis.

Ordem de Cristo, Escrivão da Câmara do Desembargo do Paço<sup>62</sup>, primogénito de António de Crasto. Devassa-as. Ambos os vizinhos chegam a um acordo. Pelo dito sequeiro contrata Manuel de Castro entregar ao Conde da Ilha do Príncipe, «80 mil réis de foro perpétuo no que o morgado recebe uma grande utilidade...»<sup>63</sup>. Assim, a calcorrear por Lisboa, seguimos com a história dos Castros.

Envelheceu António de Crasto Guimarães. Tem oitenta anos. Foi um comprido trajecto. A começar, oitenta anos antes, na Cruz de Pedra, entre casas rasteiras. A desenhar-se com humildade nos seus princípios de caixeiro, à beira Tejo. A desabrochar nas diversas companhias mercantes, nos conselhos à governança, no estender dos capitais para além-mar. E a rematar com pujança: por mercê de El-Rei D. João V, a 1.3.1709, «António de Castro Guimarães, natural da vila de Guimarães, filho de António Francisco Guimarães», é Fidalgo Cavaleiro da Casa Real<sup>64</sup>. Merece-o. É o reconhecimento régio por «durante cerca de 50 anos ter dado o seu conselho sempre que solicitado, pelos vários Secretários de Estado, sem qualquer lucro pessoal, e ter sempre aprontado atempadamente à sua custa as propinas dos Embaixadores e ainda ter à sua custa e sem qualquer lucro provido de todo o necessário a Armada que foi a Sabóia e outros feitos». Neste alvará não são esquecidos os serviços de seu irmão João da Silva Castro, «Sargento-Mor da Comp.<sup>a</sup> de Campo de Ourique donde serviu de 23.10.1675 a 20.3.1698». Lembra também outros «muitos serviços» e os prestados por seu filho Manuel de Castro Guimarães como escrivão da Câmara do Desem-

---

<sup>62</sup> ANTT, Chancelaria de D. Pedro II, Manuel de Castro Guimarães, Carta de escrivão da Câmara do Desembargo do Paço, livro 30, fl. 6. No mesmo livro a fl. 278, Manuel de Castro Guimarães, Alvará de declaração de ofícios.

<sup>63</sup> ANTT, Chancelaria de D. João V, Manuel de Castro Guimarães, Alvará ao Conde da Ilha do Príncipe para dar de aforamento perpétuo ao dito o terreno do Sequeiro das Chagas, livro 29, fl. 302.

<sup>64</sup> João Carlos Fêo Cardoso Castelo Branco e Torres, *Dicionário Aristocrático*, Tomo Primeiro A-E (e único), Lisboa, na Imprensa Nacional, 1840. p. 98.

bargo do Paço<sup>65</sup>. Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, António de Castro Guimarães<sup>66</sup> morre pouco depois.

Manuel de Castro Guimarães, o filho mais velho, ocupa-se do inventário<sup>67</sup>. Fidalgo Cavaleiro da Casa Real<sup>68</sup>, marido de D. Mariana Luísa Francisca, filha de Francisco Lopes Franco, Cavaleiro de Cristo, Escrivão das Justificações da Fazenda Real<sup>69</sup>, só tem um filho: António de Castro Guimarães, nome do avô paterno. Homem já feito, pronto a substituir o pai. Para-se um pouco, a apreciar o grande movimento dos negócios? Suspende-se a narração, para tudo tentar ver? Não. Vamos continuar a acompanhar Manuel de Castro Guimarães, então Deputado da Junta do Conselho da Fazenda do Infantado<sup>70</sup>, até aos Paços Reais.

---

<sup>65</sup> ANTT, Mercês de D. João V, livro 3, fl. 87. Copiou e leu este alvará, dando-me assim tanta ajuda, a par de outras informações, o Dr. António Baptista dos Santos, a quem reconhecidamente muito agradeço.

<sup>66</sup> Pelo motivo citado no 2.º parágrafo da nota 42, não sei a data do óbito de António de Castro Guimarães. Foi entre 1.3.1709 e 1.9.1710.

<sup>67</sup> ANTT, Chancelaria de D. João V, Manuel de Castro Guimarães, Alvará para um ministro continuar na factura de um inventário (1.9.1710), livro 34, fl. 292 v.

<sup>68</sup> Livro citado na nota 64. António de Castro de Arvellos, Cavaleiro da Ordem de Cristo, é Fidalgo Cavaleiro por alvará de 15.12.1710, livro 4 das Mercês d'el Rei D. João V, fl. 495. O alvará de Manuel de Castro Guimarães não está, obviamente, neste volume (só vai até à letra E); prova-se que o teve por alguns documentos e no alvará de seu filho (nota 86).

O cónego António de Castro usava o apelido Alvelos (sua mãe Isabel Vieira era, segundo as genealogias, bisneta na varonia de João Pires de Alvelos e mulher Antónia Vieira, filha de Domingos Pires de Altero). Neste alvará lê-se Arvelos, ambos são o mesmo nome com diferentes pronúncias.

<sup>69</sup> P.º António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, 2.ª ed., Braga, 1869, Tomo Terceiro, pp. 300-301. A sua mulher chama-lhe D. Júlia da Franca Palhana. A sua ascendência consta certamente do processo na Ordem de Cristo. No Ms. da nota 48 lê-se que os apelidos de D. Júlia são Franco Pestana.

<sup>70</sup> Um estado dentro doutro, a Casa do Infantado era a mais poderosa depois da Casa Real. No reinado de D. João V era seu senhor o Infante D. Francisco de mau viver e fraca lembrança. Manuel de Castro Guimarães foi, como se lê nos nobiliários e se prova por documentos, deputado da Junta do Infantado.

Melancólico está El-Rei D. João V. Assinada a Paz de Utreque, embora servido por habilísimos diplomatas, por causa da posição da Inglaterra não recebe as compensações esperadas. Aos poucos, com justas medidas, espera-se a paz, o bem estar, um certo desafo. Permanece, triste, muito triste Sua Majestade. Parte para o campo, muda de palácio, ouve música. Em nenhum sítio pára, em parte nenhuma está bem. Sorri-lhe uma viagem a distrair-se pelas cortes da Europa. Mas D. João V, Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além Mar em Africa, Senhor da Guiné e da Conquista, d'Arábia, Pérsia e Índia, etc., etc., Monarca absoluto, tem que atender, tem que se curvar ao melhor para Portugal e suas gentes. O servir o povo, sobre quem tem direitos de vida e de morte, vem na longa herança dos seus Avós, Reis de Portugal. Levantam-se vozes contra a ansiada viagem. Desiste El-Rei. Volta aos seus deveres; não sai dos seus Paços.

Dezoito anos tem o Infante D. Manuel Bartolomeu, terceiro irmão de Sua Majestade. Sonha em partir, em alistar-se num exército, em responder aos apelos das lutas contra os turcos. Comparte El-Rei o seu entusiasmo; depois esmorece e termina com uma recusa. Não se conforma o Infante. Procura Manuel de Castro Guimarães. «A pretexto de ter que pagar uma cama sumptuosa que mandara fazer na Holanda»<sup>71</sup>, dele obtém uma letra de 16.000 cruzados sobre Amsterdão. Foge. Acompanha-o seu íntimo amigo, Manuel Teles da Silva, de 17 anos, filho do 4.º Conde de Tarouca, nosso embaixador em Viena. A 5.11.1705, descido o Tejo num barco a remos, embarcam ambos no patacho inglês «Tany»<sup>72</sup>. Sopra o vento com força nas suas velas. Persegue-o uma fragata inglesa, então surta em Lisboa, mandada por D. João V no seu encaço. O veleiro é veloz, o vento ajuda e os dois «meninos»<sup>73</sup> escapam ao poder real. Lançam-se na grande aventura.

---

<sup>71</sup> Doutor Afonso Eduardo Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e Brasil*, dir., coord. e comp. do — vol. I, p. 564 e *Grande Enciclopédia* (nota 12), vol. 16, p. 169.

<sup>72</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal* (nota 12), vol. V, 2.ª ed., p. 248. Aí e nos volumes acima citados é mencionado Manuel de Castro Guimarães.

<sup>73</sup> Termo usado ao referir-se ao Infante D. Manuel pelo Conde de Tarouca nas cartas para seu irmão o Marquês de Alegrete, transcritas

Aventura que já não pertence a estas folhas. Mas como tapar os ouvidos ao esplendor das marchas guerreiras? Ao fragor dos combates de Peterwardein, de Temesvar onde é ferido o Infante, do cerco de Belgrado? A todas as acções do exército do Príncipe Eugénio, Infante e Fidalgo Portugueses a ganharem fama e glória? Como calar a ascensão de Manuel Telles da Sylva na corte de Viena, a chegar a ser o esclarecido mentor da Imperatriz Maria Teresa<sup>74</sup>, a tocar todos os cordeis das cortes europeias? Como não lembrar as coroas da Polónia, da Sardenha e da Córsega, quase a poisar na cabeça do Infante D. Manuel, os seus 19 anos de ausência de Portugal. O seu regresso, o seu aborrecimento em Lisboa, a sua retirada para a quinta do Conde de Pombeiro onde

---

em Eduardo Brazão, *Relações Externas de Portugal, Reinado de D. João V*, Liv. Civilização, 1938, vol. II, p. 82: «... O Conde de Tarouca primeiro plenipotenciário do nosso país ao Congresso de Utrech, que se preparava para regressar ao Reino foi impedido de o fazer por lhe ter surgido o Infante, acompanhado de seu filho Manuel Teles da Silva, continuando, por esse facto, nos Países Baixos, donde escrevia a seu irmão o Marquês de Alegrete:

«... Este menino (o Infante D. Manuel) se acha presentm.<sup>te</sup> com hum grande dezejo q não he p.<sup>a</sup> condenar antes merece louvor, por q sabendo q o Papa pede socorro a El Rey de navios p.<sup>a</sup> os Venezianos, e q El Rey de Castella lhe tem ja concidido semelhante socorro dezeja ser general da Esquadra Portugueza, p.<sup>a</sup> enconsequencia ser Generalissimo de toda a Armada». Também os trata por rapazes: «... Ora sr. façamos justiça a estes rapazes emq he certo q tem mostrado rezolução animosa e q lograrão acharse emhũa das maiores batalhas q setem visto, e q terá por consequencia uma campanha infinitam.<sup>te</sup> glorioza ...». E noutra missiva (p. 90): «... Atheagora ninguem os criticou de algũa parvoice, antes assentão que Manoel (Teles da Sylva) tem muito mais cabeça, do q na verdade eu lhe acho, não hapessoa, q não entenda q o Infante em poucos annos ha de mandar os exercitos do Emperador porq meu Sr. aqueles q não tem tratado familiarmente este menino, não podem julgar da falta de luzes q nos outros lhe consideramos, e pagãose do seu modo exterior, q inculca outro interior muy diferente q elle tem. Cada carta q vem de Vienna lhe conta hũa acção diferente na batalha».

<sup>74</sup> Heinrich Berg, *Manuel Silva Tarouca, o Mentor da Imperatriz Maria Teresa*; Egbert Silva Tarouca, *Der Mentor der Kaiserin*, Viena, 1960; Ludwig Scheldel e José A. Palma Cekus, *Relações entre a Austria e Portugal* (pp. 100 e 101) e volume citado na nota 73.

falece<sup>75</sup>. Aventurosa vida a do Infante, frutuosa vida para a Áustria de Manuel, Duque e Conde de Silva Tarouca<sup>76</sup>, a terem sido bem diferentes, se não fosse a letra passada por Manuel de Castro Guimarães, opulento negociante de então, a justificar bem a lembrança dos seus feitos.

Concede El-Rei a António de Castro Guimarães, uma provisão «para servir nos impedimentos de seu pai o ofício de escrivão da Câmara do Desembargo do Paço»<sup>77</sup>. No mesmo dia, 18.1.1716, manda entregar ao pai, Manuel de Castro Guimarães, «provisão para seu filho António de Castro Guimarães, servir nos seus impedimentos de escrivão da Câmara do Desembargo do Paço»<sup>78</sup>. Ora o pai, ora o filho, ambos desempenham as mesmas funções. Há um achaque, um defluxo num, lá vai o outro. Um negócio urgente, qualquer saída, fica sempre um, a escrever, a copiar, a registar. Mais este documento, a quebrar um pouco a monotonia de tanto papel, de tanta cópia, de tanta escrita: o alvará de 14.7.1717 para Manuel de Castro Guimarães, ter «de mercê 6\$000 para papel e tinta»<sup>79</sup>.

Mar afora, larga o navio «S. Francisco Xavier», propriedade de Manuel de Castro Guimarães, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo. Parte para a costa do Coromandel. Passam os meses. Alviçaras! Alviçaras! Está a entrar na barra! Deus o trouxe, livrou-o o Senhor de todos os perigos. Alviçaras! Atenta está a Alfândega. Tira uma «devaça de comissão o Desembargador Lopo Tavares de Araújo, juiz

---

<sup>75</sup> Volume mencionado na nota 73; Ernesto Soares, *O Infante D. Manuel. Subsídios para a sua biografia (1697-1766)*, 1937; Inácio Barbosa Machado, *Panegírico Histórico do Senhor Infante D. Manuel*, Lisboa, 1717; Veríssimo Serrão (nota 72).

<sup>76</sup> Carlos VI, Imperador da Alemanha, agraciou-o com o título de Duque em 1735.

<sup>77</sup> ANTT, Chancelaria de D. João V, António de Castro Guimarães, Provisão para servir nos impedimentos de seu pai o ofício de escrivão da Câmara do Desembargo do Paço (18.1.1816), livro 44, fl. 49.

<sup>78</sup> Idem, Manoel de Castro Guimarães, «... provisão para seu filho António de Castro Guimarães, servir nos seus impedimentos...».

<sup>79</sup> ANTT, Chancelaria de D. João V, Manoel de Castro Guimarães, Escrivão da Câmara do Desembargo do Paço. Alvará de Mercê de 6\$000 para papel e tinta (14.7.1717), livro 49, fl. 135.

dos cavaleiros dos descaminhos». Por onde andou o «S. Francisco Xavier»? Com firmeza, sem recuos, prossegue rigorosa a inquirição.

Tirava-se licença para uma viagem. Partia-se. Depois, o mar era imenso, os ventos contrários, tantos os perigos corridos, porque não alargar a rota, comerciar entre este e aquele porto sem as autorizações devidas? Porque não contrabandear as riquezas da Índia para o Brasil e Angola e Guiné, não vender toda a mercadoria da Índia no Oriente? Comprar aqui, vender ali, tocar em Malaca, na Tailândia, aumentar o circuito? Incluir nas grandes rotas, as pequenas viagem a darem lucros. Entrar em Lisboa com pouca carga, já espalhada pela Ásia, pelo nosso Império. Mas em Lisboa esperava-os os fiscais, as denúncias; sobre esses navios abatiam-se então os juízes dos descaminhos<sup>80</sup>.

No regresso do «S. Francisco Xavier» da costa do Coromandel (e aonde mais?) abre-se a devassa. Condenam o seu proprietário. Na prisão está Manuel de Castro Guimarães, Fidalgo Cavaleiro, Professo na Ordem de Cristo. Implora a Sua Majestade «para tratar do seu livramento, o que não pode fazer estando preso nem acudir a outras dependências que necessitam presentemente de sua assistência» que seja servido «conceder-lhe alvará de fiança para se livrar solto do dito crime e mostrar a sua inocência». A 3.3.1719, manda El-Rei Nosso Senhor que pague 400 mil réis de fiança «para que se possa livrar solto da culpa» dentro de 4 meses com a obrigação de seguir em pessoa as audiências<sup>81</sup>.

A 19 de Março porque o suplicante Manuel de Castro Guimarães, «além de padecer achaques que o impossibilitam muitas vezes de sair de casa tem o ofício de escrivão da Câmara do Desembargo do Paço, é Deputado da Junta do Infantado e por outros motivos não lhe ser possível residir

---

<sup>80</sup> Parece ter havido casos desses com frequência.

<sup>81</sup> ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Manuel de Castro Guimarães, Alvará de fiança para solto se livrar da culpa que lhe resultou da viagem do seu navio à costa do Coromandel (3.3.1719), liv. 30, fl. 215 v.

nas audiências» é-lhe dado uma provisão para se representar por procurador no Juízo dos Cavaleiros<sup>82</sup>.

Entra o mês de Junho. Num Império como o nosso, tão vasto, tão grande, tão imenso, custoso é acudir a tudo, estar sempre presente. Não pode, ao tempo, a Companhia de Macau mandar a «embarcação do seu contrato ao dito porto». Era urgente enviar «socorro de gentes e munições e passar para a China o Bispo de Nanquim e o Padre António Provana, da Companhia de Jesus». «Oferece-se Manuel de Castro Guimarães para transportar tudo no seu navio «S. Francisco Xavier» por ter dado fiança no Conselho Ultramarino e julgado e sentenciado o sequestro que nele estava feito». Podia-se usar outra linguagem a buscar a cor dos longínquos portos, a encolher-se no despedaçar das ondas, a tentar seguir as desconhecidas rotas. Não é preciso. Basta o documento:

*«... Hei por bem conceder licença para que Manuel de Castro Guimarães possa mandar o dito navio à dita cidade de Macau para o que concedo todos os privilégios que lograr a Companhia de Macau, e assim possa ir o dito navio, não só ao dito porto de Macau mas aos mais portos da China excepto os da Índia e que não possa tocar nos portos do Brasil e reino de Angola salvo se for obrigado de tempestade ou falta urgente de mantimentos e que em tal caso não possa ... dos ditos portos que tornar a hir largo antes ficará sujeito aos examens que mando praticar em navios estrangeiros com declaração que no dito navio S. Fr.<sup>co</sup> Xavier se não possa cargar outros alguns géneros mais que aqueles que são permitidos à Companhia de Macau e com as sobreditas declarações, proibicções e limitaçções mando ao meu Vice Rei e Capitão General do Estado da Índia e ao Governador de Macau cumpram guardem esta provisão e façam cumprir e guardar debaixo dos mesmos privilégios da Companhia de Macau ...»<sup>83</sup>. Lá vai o «S. Francisco Xavier» levar o «socorro*

---

<sup>82</sup> Idem, Provisão para se poder livrar por um procurador (19.3.1719), mesmo livro, fl. 233 v.

<sup>83</sup> Idem, Provisão da licença para que possa mandar à cidade de Macau o seu navio «S. Francisco Xavier» (6.5.1719), livro 55, p. 23. Sobre os Bispos de Nanquim lê-se em Fortunato de Almeida, *História da*

de gentes e armas», e o padre jesuíta e o Bispo de Nanquim à China ...

Ainda na prisão Manuel de Castro Guimarães? No Convento de Tomar, a 25.6 desse ano de 1719, seu filho António de Castro Guimarães «por desejar e ter devoção de servir a Nosso Senhor e a mim» (o Rei), toma o Hábito de Cristo, como noviço<sup>84</sup>. Ao chegar Dezembro, quase acabada a fiança «para se livrar solto», e Manuel de Castro «não poder findar seu livramento fazendo para isso diligência possível», recebe uma provisão a prorrogar-lhe o «tempo de mais 4 meses para neles se livrar ratificando a fiança que tem dado de 400 mil réis»<sup>85</sup>. Depois da tempestade vem a calmaria, e também por vezes o nevoeiro, a tapar, a esconder o desfecho da história do «S. Francisco Xavier», das suas viagens, da estadia na cadeia do seu proprietário, a deixar-nos, em suspenso, o caso.

Continuam as mercês régias. António de Castro Guimarães, natural desta cidade e filho de Manuel de Castro Guimarães, Fidalgo da Casa e Cavaleiro da Ordem de Cristo e neto de António de Castro Guimarães, por alvará de 8 de Julho

---

*Igreja em Portugal*, nova ed., 1967, vol. II, p. 711: «... D. António Paes Godinho, confirmado em 11.1.1717 e sagrado a 21.9.1718. Ficou servindo de provisor no Arcebispado de Lisboa e não foi para Nanquim. Ainda vivia em Outubro de 1738 ... D. Fr. Manuel de Jesus Maria, Missionário do Varatojo, tomou o hábito a 17.4.1715. Confirmado Bispo de Nanquim recebeu a sagração em Lisboa a 14.2.1721. Chegou a Macau a 7.8.1722. Esteve em Nanquim mas teve que retirar-se ao cabo de poucos meses quando um decreto imperial expulsou todos os missionários (princípios de 1724). Assentando em voltar ao reino ao fim de muitos trabalhos chegou a Lisboa a 23.10.1734. Faleceu em Santa Cruz de Coimbra a 6.7.1739».

<sup>84</sup> ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Carta de Hábito de António de Castro Guimarães (25.6.1719), livro 98, fls. 336 e 336 v.

<sup>85</sup> Idem, Manuel de Castro Guimarães, Provisão da reformação do tempo para se livrar (8.12.1719), livro 116, fl. 160 v. Os documentos citados nas notas 81, 82 e nesta são passados pela Chancelaria da Ordem, por ordem d'el Rei pelo Arcipreste da Santa Igreja Patriarcal e por D. Lázaro, cónego da mesma igreja, ambos do seu Conselho e Deputados do Despacho da Mesa da Consciência e Ordens, feitos por Luís da Silva Ribeiro em Lisboa Ocidental e escritos por Sebastião Pereira de Figueiredo.

de 1720 é Fidalgo Cavaleiro da Casa Real<sup>86</sup>. Resta-nos desenhar-lhe a árvore genealógica e ao gosto da época, iluminá-la de brasões.

Fidalgos foram seu pai e seu avô, mas o bisavô António Francisco foi carpinteiro e genro de João de Crasto, o trisavô, vendeiro e alfaiate no remoto termo de Guimarães. Numa altura em que só contam os nomes soantes convém esquecê-los. Não só pela vaidade, mas sim pelas influências, para poder mais à vontade ombrear com outros seus pares, gentis-homens da corte, ávidos de avós famosos, uns a tê-los, outros a inventá-los. Qualquer linhagista, e há muitos, o fará. Vão tornear a verdade, dourá-la, passá-la bem disfarçada para os anos a virem.

Adiantam-se primeiro com uma lápide: a do túmulo de Inês dos Guimarães na igreja de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães. Aí se afirma: «Aqui jaz Ignez de Castro de Guimarães, m.<sup>er</sup> do L.<sup>do</sup> João de Valladares, bisneta de Martinho de G.<sup>es</sup> f.<sup>o</sup> de Dom Fernando da Guerra bisneto del Rey D. P.<sup>o</sup> o Cru e da Sr.<sup>a</sup> Dona Inês de Castro e Valladares morreo a 8 de Setembro de 1634». Deduz o Gayo: «de cujo o Letreiro se colhe a certeza da feliação de seu vis avô. N.<sup>o</sup> 1 neste tt.<sup>o</sup> de Guimaraens»<sup>87</sup>. Entusiasmado com a varonia real, dá princípio a esta família. Confunde-se logo nas primeiras conjecturas.

Começa com Martinho de Castro dos Guimarães «q huns dizem ser Criado do Arcebispo D. Fernando da Guerra, outros f.<sup>o</sup> de Luiz Annes Conego de Guimaraens e Ab.<sup>o</sup> de S. Cosme de Garfe, e era o d.<sup>o</sup> Martinho dos G.<sup>es</sup>, por sua may parente do d.<sup>o</sup> Arcebispo, mas nós seguimos ser f.<sup>o</sup> do d.<sup>o</sup> Arcebispo D. Fernando da Guerra q o ouve em D. Joana da Cunha, solt.<sup>a</sup> da cidade de Braga ...». Diz mais: «... o qual D. Fernando da Guerra era f.<sup>o</sup> de D. Pedro da Guerra e D. Teresa f.<sup>a</sup> do Conde João Fz Andeiro e neto do Infante D. João f.<sup>o</sup> do

---

<sup>86</sup> ANTT, Mercês de D. João V, Alvará de Fidalgo Cavaleiro de António de Castro Guimarães, natural desta cidade, filho de Manuel de Castro Guimarães, Fidalgo da Casa e Cavaleiro da Ordem de Cristo e neto de António de Castro Guimarães, de 8.7.1720. Livro 11 das Mercês d'El-Rei D. João V, fl. 441 v., e obra citada na nota 64.

<sup>87</sup> Gayo, nota 34, tomo XVI, Guimaraens, § 1.

Rey D. P.<sup>o</sup> e D. Ignez de Castro». Não foi D. Teresa, primeira mulher de D. Pedro da Guerra, a mãe de D. Fernando da Guerra. O notável Arcebispo é filho dum segundo casamento. Foi sua mãe D. Maria Anes, como se demonstra num recente estudo<sup>88</sup>.

Escrever sobre o Arcebispo D. Fernando da Guerra, o irrequieto bisneto d'El Rei D. Pedro I, é quase abrir um capítulo. Folheemos: o governo da diocese do Porto e depois, por longos anos, da arquidiocese de Braga (1418-67). A transformação em igrejas seculares de muitos mosteiros braca-renses. O concílio provincial. A sua recusa em entregar Ceuta. A fundação da Colegiada de Barcelos, os conflitos com a de Guimarães. A representação junto da Curia Romana<sup>89</sup>. Querer seguir o tropel da sua comitiva. Perscrutar na busca dum documento a provar ser seu filho o escrivão Martinho de Guimarães<sup>90</sup>. Nada.

Alão de Moraes inicia com Luís Eanes, clérigo, cónego da Colegiada de Guimarães e abade de Garfe e que teve

---

<sup>88</sup> Dr. José Marques, «Os Itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra (1417-1467)», in *Revista de História do Centro de História da Universidade do Porto*, 1978.

<sup>89</sup> *História Genealógica* (nota 37), tomo XI, p. 627; *História da Igreja em Portugal* (nota 83), vol. I, p. 499; *Grande Enciclopédia* (4.<sup>o</sup> vol. citado na nota 21), vol. XII, p. 181; J. T. Montalvão Machado, *Dom Afonso, Primeiro Duque de Bragança*, Ed. do Autor, Lisboa, 1964, pp. 271, 453 a 455; Franquelim S. Neiva Soares, «Conflitos Jurisdicionais entre a Colegiada e os Arcebispos de Braga (Séc. XIII a 1831)», in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. II, pp. 18 a 21; Manuel Alves de Oliveira, *História da Real Colegiada*, Guimarães, 1978, p. 181 e *Um motim de há cem anos*, Guimarães, 1985, pp. 9-10.

<sup>90</sup> Dr. José Marques, «O testamento de D. Fernando da Guerra», in *Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXXIII, ano 1979 (Jan.-Dez., n.<sup>o</sup> 75-76, 87-88). Esse testamento, o verdadeiro (há apócrifos) magistralmente analisado neste estudo, foi como se lê, redigido em duas partes. Na 2.<sup>a</sup> o amanuense foi «o escrivão Martim de Guimarães». Não vejo indícios que seja filho do Arcebispo. Faltou-me consultar, o que é importante, a Chancelaria de D. João I, para ver se D. Fernando da Guerra legitimou algum. Domingos de Araújo Afonso, muito notável genealogista na *Da verdadeira origem de algumas famílias ilustres de Braga e seu termo*, 1975, XLVII - Guimarães, diz ser Martinho de Guimarães, com quem principia o título, filho do Arcebispo. Não indica a fonte.

bastardo a Martinho de Guimarães, este discutido título<sup>91</sup>. Onde a verdade? Um mito, mais um, a varonia real? Não se sabe. É com Martinho de Castro de Guimarães, escrivão do Arcebispado de Braga, juiz ordinário nessa cidade, tabelião d'el Rei, comendador de Garfe<sup>92</sup>, que encetamos essa família, sem rebuscar mais as suas origens. Um caminho largo, bem documentado conduz-nos a seu neto<sup>93</sup>, Cristóvão de Castro dos Guimarães, cónego da 1.<sup>a</sup> Prebenda da Colegiada de Guimarães antes que fosse Magistral em «1515 p.<sup>a</sup> 1516»<sup>94</sup>, admoestado pelo Arcebispo D. Baltazar Limpo a 3.10.1556, na sua visitação à Senhora da Oliveira<sup>95</sup>.

---

<sup>91</sup> Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana*, vol. I, parte II, Guimarães, p. 624.

<sup>92</sup> Nota dos editores no livro citado na nota 87. Domingos de Araújo Afonso (nota 90) acrescenta: «A 26.1.1465 fez escritura de escambo da quinta da Câmara em Moure. A ele se refere o livro dos foros do Cabido de 1481 (Arquivo Distrital de Braga). Foi Juiz Ordinário de 1494 a 1499».

<sup>93</sup> Continuando com o vol. mencionado em 2.<sup>o</sup> lugar na nota anterior: «Casou Martinho de Guimarães com Leonor Fernandes Chamissa 'a sr.<sup>a</sup> dos Chaons, q era a Snr.<sup>a</sup> mais honrada e rica da Cid.<sup>de</sup> de Braga' (Gayo, nota 87), e tiveram entre outros a Lourenço Martins Guimarães, Comendador de S. Cosme e Damião de Garfe na Ordem de Cristo, que recebeu ordens menores em 1485 (Livro das matrículas dos ordinandos, Arq. Dist. de Braga), e vereador em Guimarães em 1515, casado com Catarina Anes, filha de Pedro Anes e sobrinha do Rev.<sup>do</sup> Luís Anes, cónego da Colegiada de Guimarães, que obteve para seu sobrinho Lourenço três vidas no ofício de Prebendeiro do Cabido daquela Colegiada». Foram pais, além de outros, de Lourenço de Castro Guimarães, Prebendeiro do Cabido da Colegiada de 1515 a 1516 e do cónego Cristóvão de Castro Guimarães.

<sup>94</sup> «Elementos para um Catálogo dos Chantres, Tesoureiros, Mestres-Escolas, Arciprestes, Arcediagos, Magistrals, Cónegos Prebendados, da Colegiada de Guimarães», in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. VII, n.º 3. O cónego Cristóvão dos Guimarães, faleceu a 20.4.1566.

<sup>95</sup> «E porque Xpvão de guimarães se não promoveo de ordens sacras como lhe foy mandado o condenamos ã dez cruzados ã q emcoReo e Respeitãdo sua idade e ao muito tempo q ha q pesuy a dita conesia e ao scamdallo q se Recebe de se não promover lhe mandamos q ate à primeira vezitação se promova de todas as ordens sacras e diga misa sob pena de vynte cruzados» in *Visitação do Arcebispo D. Baltazar Limpo à Colegiada a 10.10.1555*, «Para a História da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira entre os séculos XVI e XVIII»

Em «hua arvore feita por Joze Freire Montarroyo Mascarenhas e comferida por D. Aff.º M.º de Menezes e Diogo Rangel de Macedo<sup>96</sup> no anno de 1721 a req.<sup>10</sup> de seus descendentes M.º de Castro G.ºs e seu irmão Ant.º de Castro de Alvelos»<sup>97</sup> diz-se que João de Castro Guimarães, «morto por seus inimigos», era um dos bastardos do cônego Cristóvão de Castro Guimarães. E continuam: João de Castro Guimarães teve em Luísa Peixoto, filha de Álvaro Peixoto, senhor

---

in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. IX, n.º 3-4, p. 117. Esta visitação está também publicada em Franquelim Neiva Soares, *Visitações de Frei Baltazar Limpo na Arquidiocese de Braga*, Braga, 1983, p. 112. Os grandes conflitos entre o prelado e a Colegiada, destacando-se o maior na visitação de 1552 quando o Arcebispo mandou arrombar as portas da igreja, estão descritos na obra acima citada e na *História da Real Colegiada de Guimarães* (nota 89), pp. 95-97.

<sup>96</sup> José Freire de Monterroio Mascarenhas (1670-1760). Publicista, poliglota (8 línguas), militar (Campanhas de 1704-10), genealogista e o verdadeiro fundador do jornalismo em Portugal. Sócio de todas as Academias a florescer no seu tempo, as suas numerosas obras são na maior parte relações políticas e militares. A *Biblioteca Lusitana* (nota 47), vol. III, dá notícia de 65 publicadas, fora as obras manuscritas. Era muito apreciado por D. António Caetano de Sousa. Dos vários tratados salientam-se as *Genealogias das Famílias de Portugal comprovadas com documentos* (24 volumes). Referente a Guimarães publicou: *Guimarães festiva ou Relaçam do festejo publico com que na nobilissima villa de Guimaraens se aplaudiram os Reaes Desposórios do Serenissimo Principe do Brasil, nosso Senhor e da Serenissima Senhora Infanta D. Maria Barbara, Princeza das Asturias*, Lisboa Ocidental, na Officina de Pedro Ferreira, MDCCXXVIII e *Oração Panegyrica em aplauzo do nascimento da Serenissima Senhora Princeza da Beyra mandada à Academia de Guimarães em Fevereiro de 1735*.

D. Afonso Manuel de Menezes, n. 1672. Entre as várias dignidades que possuiu e cargos que exerceu foi Beneficiado na Colegiada de «Freyxo de Espada na cinta», Desembargador na Relação do Porto e Deputado na Inquisição de Coimbra e Lisboa. Também se dedicou à genealogia e deixou inéditos *Commentaria ad Ordinationem Lusitanam* (5 volumes), não tendo finalizado o 5.º.

Diogo Rangel de Macedo, foi Guarda-Mor da Saúde no Porto de Belém e membro da Academia dos Aplicados. Deixou apologias, cartas, orações fúnebres e trabalhos genealógicos.

São estes os autores, segundo Gayo, da árvore citada no texto.

<sup>97</sup> Gayo (nota 87), § 24.

de Pousada<sup>98</sup>, um filho: Frutuoso de Castro Guimarães, capitão de infantaria e «muito valerozo», marido de D. Isabel Pires Pacheco, pais de António de Castro Guimarães «homem de negócio e teve muitos cabedaes Fid. da Casa Real Cav.º da Ordem de X.º», casado com Domingas Josefa de Castro.

Assim aparecem para a posteridade Francisco Frutuoso e sua mulher Maria Pires, lavradores honrados, transformados em Frutuoso de Castro Guimarães «capitão muito valerozo» e D. Isabel Pires Pacheco. Também seu filho, António Francisco, carpinteiro de carros, surge em Gayo e em outras genealogias com graves roupagens de fidalgo. Domingas de Castro, sua mulher, filha de João de Crasto, vai, também pelos mesmos critérios, pertencer a uma nobre estirpe. A dos Castros, Senhores de Roriz, da mesma linhagem que D. Inês de Castro, rainha depois de morta.

«Dizem seus descendentes», ser Domingas de Castro, acrescentando-lhe o nome de Josefa, filha de João Anes da Silva Peixoto e mulher Antónia Benta de Castro, essa bastarda de D. Simão de Castro, Senhor das Terras de Roriz, Benvider e Resende<sup>99</sup>, de esclarecida nobreza. Nada mais é preciso.

---

<sup>98</sup> Idem e acrescenta: «diz-se teve de Luiza Peixoto f.ª de Alvaro Peixoto, Sr. do Morgado de Pousada q não topamos no tt.º de Peixoto, e por isso sopomos B». Como se vê Gayo põe dúvidas ao que aí transcreve. No meu *Velhas Casas. V-Casa de Pousada*, ao estudar essa família, não encontrei Luísa Peixoto.

<sup>99</sup> O parágrafo 121 do título de Castros no *Nobiliário* (nota 34), diz: «N 22 Antónia Benta de Castro f.ª B. de D. Simão de Castro N 21 do § 2 Cazou como dizem seus descendentes alegando hua arvore feita por Joze Freyre Monterroyo Mascarenhas e a rogo de M.ª de Castro Guimaraens no anno de 1721 revista e aprovada por D. Aff.º M.ª Mascarenhas (Menezes no tit.º de Guimarães) e por Diogo Rangel de Macedo: Cazou com João Annes da Silva Peixoto». Dá-lhes uma filha: Domigas Josefa de Castro, mulher de António de Castro Guimarães e repete o que diz no tit.º de Guimarães, § 24. Continua com os 3 filhos deste casal: António, José e João. Com ligeiras variantes estão certos os cargos dados a estes 3 irmãos. A António dá mais uma filha: «D. Ignês de Castro Guimarães» casada com Jerónimo Álvares, sr. da Quinta de Sendelo; segue com a sua descendência. Inês de Castro, não é filha de António de Castro Guimarães, mas sim sua sobrinha, filha de sua irmã Serafina, como se verá no Apêndice II.

O 1.º desta estirpe a passar a Portugal foi D. Pedro Fernandes de Castro, «o da Guerra», sr. de Lemos e Sarria, Adiantado-mor da Galiza,

Ao darem a António Francisco a hipotética varonia régia, ao chamarem a João de Crasto, João Anes da Silva Peixoto e a Maria Mendes, Antónia Benta de Castro, dos de 13 Arruelas, esbatido filete de bastardia a deixar a sombra da dúvida, compõem os linhagistas, como tantas vezes se faz, um quadro. É fantasia, está retocado, não é verdade. Terá, e é o que interessa, sempre os seus seguidores. As portas da corte, do bem estar, abrem-se mais facilmente, uma a uma, sem bater, sem esforço, a quem é Guimarães, a quem é Castro, a quem é Peixoto. Por elas, escancaradas, passam Manuel de Castro Guimarães e seu filho António, prontos a irem descansar para a sua linda quinta de Sete Rios, paróquia de S. Sebastião da Pedreira, arredores de Lisboa<sup>100</sup>.

Os «arredores» de Lisboa vicejam em «particulares» quintas deleitosas e frescas. Ao chegar perto da cidade «para onde se podem estender os olhos, que não sejam tudo jardins, quintas e logares, cheio tudo de bonissimas agoas, e saborosos fructos»<sup>101</sup>. Na quinta de Sete Rios, nessa época longín-

---

Mordomo-mor de Afonso XI de Castela (pai de D. Inês de Castro, «a que depois de morta foi Raynha») e neto de D. Estêvão Fernandes de Castro. (Para a sua ascendência v. Manuel Artur Norton, *Livro Antigo de Linhagens (Acheias para a sua coordenação)*, Lisboa, 1974, tit.º de Castros, pp. 171-173). Dois dos seus filhos «seguiram a parcialidade do Rei de Portugal»: D. Fernando Rodrigues de Castro, Conde de Trastâmara, Lemos e Sarria e o bastardo D. Álvaro Pires de Castro, 1.º Condestável de Portugal. Do 1.º descendem os Castros de 13 Arruelas (entre eles os Senhores de Roriz, varonia de D. Simão de Castro). Do 2.º os Castro de 6 Arruelas (Condes de Monsanto, Marqueses de Cascais, Castros Vice-Reis da Índia, etc.). Ver António de Villas Boas e Sampayo, *Nobiliarchia Portuguesa*, Lisboa Occidental, na Officina Ferreyriana, MDCCCXCIX, p. 262 e Anselmo Braamcamp Freyre, *Livro Primeiro dos Brasões da Sala de Cintra*, Imp. por Francisco Luiz Glz, MDCCCXCIX, pp. 19 e seguintes (Castros de 6 Arruelas) e 73-81 (de 13 Arruelas), e outros nobiliários. A mãe de D. Pedro Fernandes de Castro, «o da Guerra», era D. Aldonça Rodrigues, filha de Rodrigo Afonso de Leão, bastardo de Afonso IX, Rei de Leão, v. *Memorial del Marquez de Montebelo*, Ano MDCXLII. É a esta linhagem que alguns linhagistas ligam os Castros aqui estudados.

<sup>100</sup> Livro citado na nota 69.

<sup>101</sup> Fernando Denis, *Portugal Pittoresco*, Lisboa, Typ. de L. C. da Cunha, 1847, IV vol., p. 85.

qua, alveja e venera-se a ermida de Santo André<sup>102</sup>. Ondulam as searas, alegradas aqui e ali pelas manchas vermelhas das papoilas. Cruzam-se as azinhagas, pachorrentos burros a caminhos das feiras. Carregam-se de sumarentos frutos as árvores esgalhadas pelos ventos, espalham as brisas o suave perfume das laranjeiras. Sente-se a paz, a quietude. Fica longe o bulício das ruas de Lisboa. Dessa cor, dessa frescura, regalo de Manuel de Castro Guimarães e de seu filho, precisamos nós agora. Para diluir um pouco a monotonia dos documentos ainda por mostrar.

Já falecido, na data de 2.9.1728, prestou Manuel de Castro Guimarães mais de vinte e dois anos, serviços «com boa satisfação» no ofício de escrivão da Câmara do Desembargo do Paço com a Repartição da Estremadura e Ultramar<sup>103</sup>. Faz El-Rei a seu «filho legítimo e único António de Castro Guimarães, fidalgo da minha casa com capacidade para bem servir» a mercê da propriedade do dito ofício. A 5.7.1731<sup>104</sup>, é-lhe passada Carta: haverá «em cada hum anno o salário,

---

<sup>102</sup> Livro citado na nota 69. Apesar de todas as diligências feitas não conseguí saber o que é actualmente a antiga quinta de Sete Rios. Vivi em 1934-35 na quinta dos Milagres, lugar de Sete Rios, freguesia de S. Sebastião da Pedreira, bela casa cor de rosa, que depois foi quartel de Bombeiros e ainda existe. Recordo vagamente os seus campos e muros. Seriam vizinhas? Esta quinta dos Milagres não vem na corografia; ter-se-ia chamado, antigamente, Sete Rios?

<sup>103</sup> ANTT, Chancelaria de D. João V, António de Castro Guimarães, Provisão da propriedade do ofício de Escrivão da Câmara do Desembargo do Paço da Repartição da Estremadura e Ultramar (2.9.1728), livro 76, fl. 19 v. Lê-se neste documento: «... havendo respeito a Manuel de Castro Guimarães, já falecido, proprietário que foi do ofício de escrivão da minha câmara do Desembargo do Paço com a repartição da Estremadura e Ultramar o servir mais de 22 anos com boa satisfação e por seu falecimento ficar seu filho legitimo e unico Ant.º de Castro Guimarães, fidalgo da minha Casa com capacidade para bem o servir e esperar delle assim o fará como cumpre a meu serviço-...», etc. etc. (No livro citado na nota 69, Tomo Terceiro, Título XII — Do Desembargo do Paço — a p. 405 lê-se: «Os Secretarios deste Tribunal são hoje ... da repartição da Corte, Estremadura e Ultramar Manoel de Castro Guimarães»).

<sup>104</sup> Idem, Carta da propriedade do ofício de escrivão da Câmara do Desembargo do Paço (5.7.1731), livro 81, fl. 160.

prés e precalços como dito hé». Treze meses depois chega o alvará para receber 6.000 réis por ano para papel e tinta<sup>105</sup>. O tempo passa, escoá-se, galopa, desaparece na vertigem.

Principiou esta história com uma figura de homem: João de Crasto, o «Ligeiro». Termina com a de uma senhora: D. Mariana Luísa da Franca. Nora de António de Castro Guimarães, viúva de Manuel de Castro Guimarães é quem, em 1748, resta desta família. A 18.6.1748 dá as contas do cargo de Tesoureiro Geral das Missões, servido por seu sogro e pelo marido, desde 19.6.1684 a 27.2.1715. Ambos falecidos «ao tal tempo receberão cento e sincoenta contos quatrocentos, trinta e quatro mil trez.<sup>105</sup> vinte e sete rs. de q tudo dispenderão e entregarão sem ficar devendo cousa alguma como se vio pello inserram.<sup>10</sup> da dita conta»<sup>106</sup>. Morto seu único filho, António de Castro Guimarães, é ela, D. Mariana Luísa da Franca, a surgir, vestida de preto, de mãos trémulas quem vai fechar esta história.

Uma história a começar no monte da Santa Capeluda, feita de vinho a jorrar, da azáfama de martelos e serras. Salpicada de moedas a tinirem, de cofres a encherem-se, de bens, de honrarias. Alargada pelas ondas, pela «Armada mais bela que se vio sobre o mar Oceano», por viagens a terras distantes. E a acabar, por Deus os chamar, a esta linha de Castros, com uma senhora velha e só.

Termina com um dobrar a finados, quase a perder-se, a desaparecer no Tempo.

*Maria Adelaide Pereira de Moraes*

---

<sup>105</sup> Idem, Alvará de mercê para ter cada ano 6\$000 para papel e tinta com o officio de escrivão da Câmara do Desembargo do Paço (10.10.1732), livro 81, fl. 160.

<sup>106</sup> ANTT, Chancelaria de D. João V, António de Castro Guimarães e outro, Carta de quitação pelo ajustamento de contas como tesoureiro da Junta das Missões (1.6.1748), livro 126, fl. 24.

## A P Ê N D I C E I

Que se sabe de Francisco de Castro de Alvelos Guimarães, beneficiado, de Frei Martinho, de José e Joaquim, filhos de D. Josefa Micaela de Castro?

«Sahindo da villa de Cintra seguindo o caminho da Estrada de Pizões, em o começo da primeira ladeira se encontrava do lado direito huma Cruz de Pedra, chamada a dos Espinhos, encostada à parede com assentos para descanço dos caminhanes.

Em seguida della até ao campo de Centeais, e separado antigamente da dita estrada por um vallado de pedra solta, havia hum curral de cabras e humas casinhas muito velhas, hum ginjal e arvores silvestres». Na «quinta do outro lado da dita estrada que se chamava a Torre e que tinha por nome vulgar o apelido de Castro — hoje Regaleira»<sup>1</sup>, vamos encontrar a Francisco de Castro Alvelos Guimarães. Arrematara-a em praça, em 1715<sup>2</sup>, «com a bondade de suas finas e refrescantes agoas e copados arvoredos».

Em 1754 consegue uma portaria do Monteiro-Mor «para que pudesse conduzir da Serra agoa, e esta era a da fonte que corria pelo centro d'um embrechado de louça, e conchas, com uma figura de pedra e uma pia tambem de pedra situada em hum pequeno largo com acentos que tambem circundavam uma mesa de pedra. Aqueles enfeites são os mesmos que guarnecem cruces da Via Sacra que existe nas ruas desta quinta»<sup>3</sup>.

Diz o Visconde de Juromenha no seu *Cintra Pintoresca*<sup>4</sup>, ter sido um monge o autor da Via Sacra (Frei Martinho?), «parece ter trasladado as bellesas do céu neste paraíso terrestre, e pela instituição pia, e contemplação das cousas divinas anticipar-se neste mundo nas delicias do paraíso celeste»<sup>5</sup>.

Tornamos a ver a Francisco de Castro Alvelos Guimarães noutra sua quinta: a da Alegria ou Cruz, não longe da da

<sup>1</sup> «Cintra desde o século dezoito», manuscrito anónimo da Colecção Sintriana (cerca de 1851), Biblioteca Municipal de Sintra. Ao seu Ex.<sup>mo</sup> Director, Dr. Victor Serrão, muito agradeço as facilidades dadas para a sua leitura.

<sup>2</sup> Idem. Pertencera esta quinta a um senhor José Leite e a uma sua afilhada.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Visconde de Juromenha, *Cintra Pintoresca* ou *Memoria descriptiva da Vila de Cintra, Colares ...*, Lisboa, 1838.

<sup>5</sup> Fernando Denis, *Portugal Pittoresco* ou *Descripção Histórica d'este Reino*, vol. IV, 1847, p. 112.

Torre. Comprara-a. O antigo proprietário, cônsul da Holanda, mandara «quebrar enormes rochedos e conduzir de fora muita terra e fez hum largo jardim, conduzio da serra agoa em abundancia, semeou e plantou muitas arvores, para que suas raizes enredadas viessem esconder as fragas escalvadas afim de alli permanecer a vida e a animação de huma sedutora floresta e a natureza alardear simples e variada a sua opulencia ... Tambem povoou futuros bosques de grutas, mirantes, casa de banho, grandes tanques, pomares de espinho e de pevide e chegou a vender fructa». Construiu ainda uma casa de fazer manteiga<sup>6</sup>.

Das suas quintas é o que sabemos. Sobre ele, acrescentamos: com 75 anos, mais mês, menos mês, morre, «a 28.2.1770 na sua casa de Lisboa, rua das Gaivotas, freguesia de S. Paulo, Francisco de Castro Arvellos Guimarães casado com D. Joanna Thereza Xavier de Castro»<sup>7</sup>.

Volta-se ao manuscrito sobre Sintra, à descrição da quinta da Torre. Lê-se: «que (risco) Manoel de Crasto Guimarães (Rezidente em Lx.<sup>a</sup>) vende em 1800 ao Snr Antonio Lopes Fernandes (tambem em Lx.<sup>a</sup>)» a dita propriedade. Outra mão corrigiu e anotou estas folhas manuscritas, a dificultar a leitura do original. Assim ficou a frase: «que os herdeiros de D. Joanna Theresa Xavier de Castro viuva, Manoel de Crasto Guimarães (Rezidentes em Lx.<sup>a</sup>) vendem em 1800 a João António Lopes Fernandes (também residente em Lisboa)».

Entre riscos e emendas chega-se à página 13: «Passado anos João António Lopes Fernandes, nas terras que havia comprado ao Snr Crasto, que transformara em huma mui linda e aprazível quinta que chama da Alegria (riscado e por cima a palavra Cruz)». Concluimos por estas leituras terem as quintas da Cruz ou Alegria e a futura Regaleira sido vendidas pelos Crastos ou seus herdeiros em 1800 aos mesmos senhores<sup>8</sup>.

1800. Herdeiros de D. Joana Teresa Xavier de Castro. Manoel de Crasto Guimarães. Senhor Crasto. Largam as suas quintas em Sintra.

---

<sup>6</sup> Nota 1.

<sup>7</sup> ANTT, Registos paroquiais de Lisboa, Freguesia de S. Paulo, Livro 2 de óbitos, fl. 102.

<sup>8</sup> Nota 1. A história das quintas da Cruz ou Alegria, e a da Torre, futura Regaleira, está contada em Anne de Stoop, *Quintas e Palácios dos arredores de Lisboa* (nota 49 do texto). Pela dificuldade da leitura do manuscrito não se percebe, o que é uma pena, qual o parentesco entre Francisco de Castro Alvelos Guimarães e Manuel de Castro Guimarães aí citados. Pode ser seu filho, seu neto, sobrinho. As hipóteses são bastantes, mas sem nenhum valor para uma genealogia que se quer documentada. Mais vale não seguir, por falta de elementos, com a descendência destes Castros.

Acaba o século XVIII. Francisco de Castro Guimarães — Provisão de Moratória de 15.12-1796. Entra o século XIX. Para o mesmo: Alvará de Nomeação do ofício de escrivão das Justificações do Reino, Carta de proprietário do dito ofício de 19.1.1806<sup>9</sup>. 10.3.1827 Francisco Rufino de Castro Guimarães, Escrivão das Justificações do Reino, tira uma certidão<sup>10</sup>.

É tudo, este nada, envolto em musgos, na folhagem, nas sombras do arvoredo de Sintra o encontrado. Da penumbra das secretarias, tentei arrancar mais um nome, a procurar mais um caminho, sem sequer saber se há alguma ligação, se ainda existe geração de D. Josefa Micaela de Castro, a surgir no texto, clara, límpida, banhada de luz.

## A P Ê N D I C E I I

A descendência das irmãs de António de Crasto Guimarães dá para vários volumes. É um estudo fascinante. Os altos e baixos de seus numerosos ramos, a ascensão social, as mil facetas do seu viver, prendem qualquer interessado em genealogia.

É como agarrar a história, a sociologia, o mistério, a vida das gentes nas suas horas boas e más. É explicar alguns porquê, deixar em suspenso muitas interrogações. É procurar fazer de tudo isso uma síntese, infelizmente muito incompleta.

O dispensar de tantos ramos, a humildade de alguns, fez levar tempo a esgravatar, a tirá-los da ignorância onde estavam. Com outros, mais conhecidos, já estudados, o caminho foi mais fácil.

Não se vai além da 6.<sup>a</sup> geração, por vezes nem sequer até aí; faltam muitos. Salientam-se algumas profissões, alguns traços de maior interesse para com estes riscos, acompanhados de nomes, mostrar um grande quadro. Da esperança, desânimo, fé, riqueza, miséria, um enorme retalho da vida de Portugal nos séculos XVIII e XIX.

---

<sup>9</sup> ANTT, Chancelaria de D. Maria I, livro 53, fl. 8; livro 66, fl. 311v. e livro 76, fl. 195.

<sup>10</sup> Augusto Cardoso Pinto, «O 2.<sup>o</sup> Visconde de Santarém», in *Elucidário Nobiliarchico*, Revista de História e Arte, dir. por Afonso Dornelas, II vol. 1929.

Tento exemplificar tudo isso com a descendência das irmãs de António de Crasto, estranhamente a conservarem o apelido Castro, no correr das gerações.

**Nota** — A descendência de Faustino Fernandes de Castro, Sargento-Mor na Baía, devo-a ao Dr. António Baptista dos Santos; a de Antónia Joaquina de Castro, mulher do Dr. José Rodrigues de Abreu Sousa Magalhães, a Francisco de Vasconcelos; e a de Josefa Maria do Nascimento, casada com João Tavares Ribeiro de Abreu, a Gonçalo Nuno Cardoso Portocarrero de Almada e Ary (Árvore I). Deram-me os três informações valiosas sobre os ramos de que descendem.

Na árvore III foi o Eng.º António de Sequeira Cabral que me informou sobre a descendência de Bento Francisco de Castro. Os ramos brasileiros dessa árvore fi-los tendo por base, e depois de feita a ligação, o *Anuário Genealógico Brasileiro*, Ano II e III e a *Revista Genealógica Brasileira*, Ano V, 1.º Semestre de 1944, n.º 9.

O desenvolvimento da geração de Catarina de Crasto Salgado, mulher de Manuel Antunes de Macedo (Árvore IV), está completa nas *Genealogias Vimaraneses*, de autoria de Helena Cardoso de Macedo e Menezes, e minha, 1964.

### APÊNDICE III

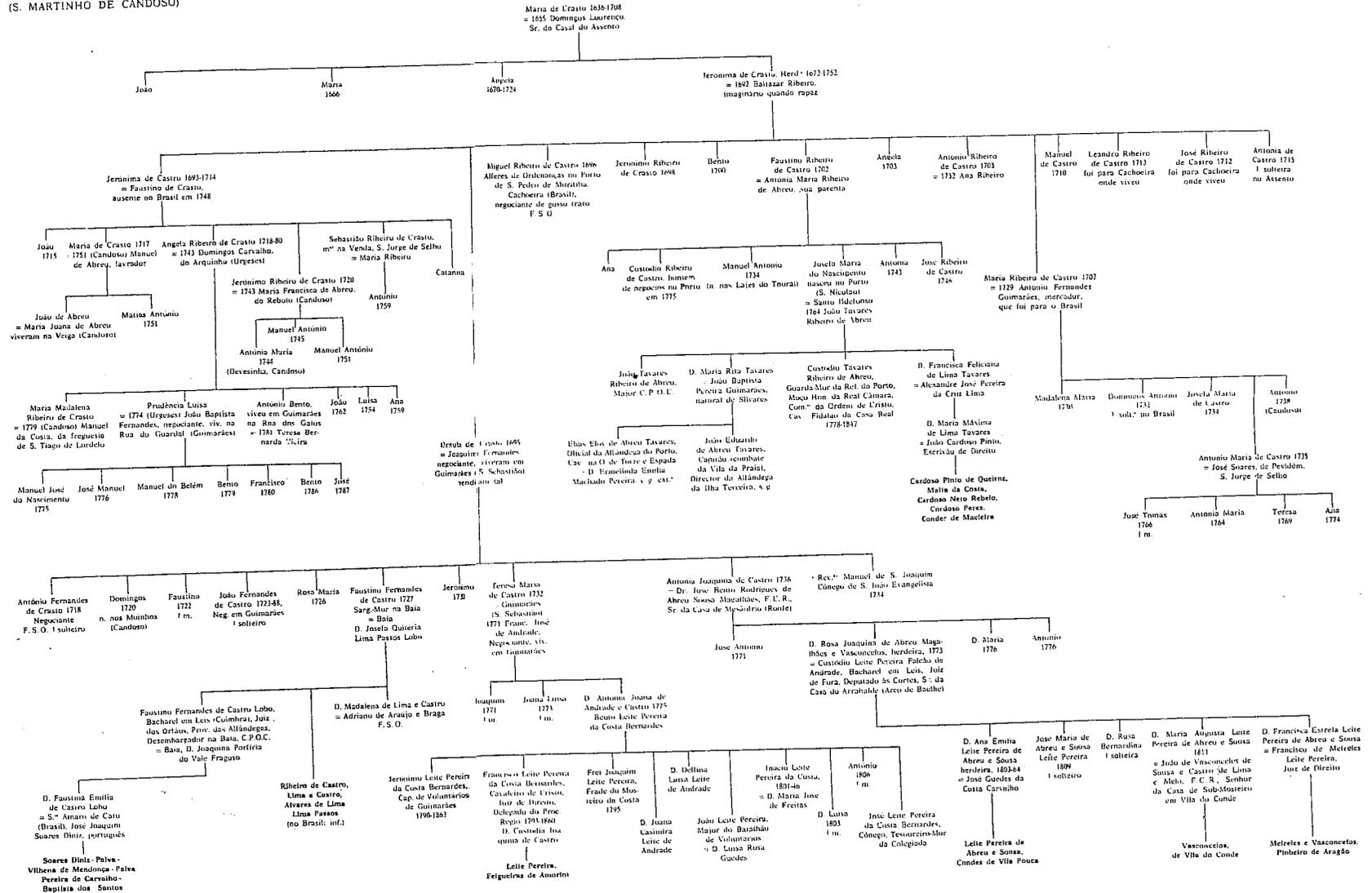
O «Dinorah» descreve uma graciosa curva, quase uma vénia, entre as suaves ondas. Deixa passar o «D. Amélia». A manhã está calma. Avançam os dois iates ao largo da baía de Cascais. Lá vai o iate real. Lá vai El-Rei D. Carlos, a descansar das enormes canseiras, entregue aos seus estudos marítimos, ao seu génio de pintor, ao seu prazer de marinheiro. Respira por momentos. Lá vai o «Dinorah» de Manuel de Castro Guimarães, Bacharel em Direito, Moço-Fidalgo com exercício no Paço (Alvará de 7.3.1876), Cavaleiro de Cristo, banqueiro e grande proprietário, a quem El-Rei honra com a sua amizade<sup>1</sup>. A linda silhueta dos dois iates recorta-se no horizonte.

Notável desportista náutico, Manuel de Castro Guimarães é um primoroso organista amador. Tem a paixão dos livros. Na sua rica livraria, um códice manuscrito do século XVI, com a crónica de D. Afonso Henriques, por Duarte Galvão e outras crónicas, por Rui de Pina. Em 1918, já Conde de Castro Guimarães (C. de 23.9.1909), publica-a à sua custa, precedida duma «Advertência». O produto da venda oferece-o

---

<sup>1</sup> *Nobreza de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1960, p. 523.

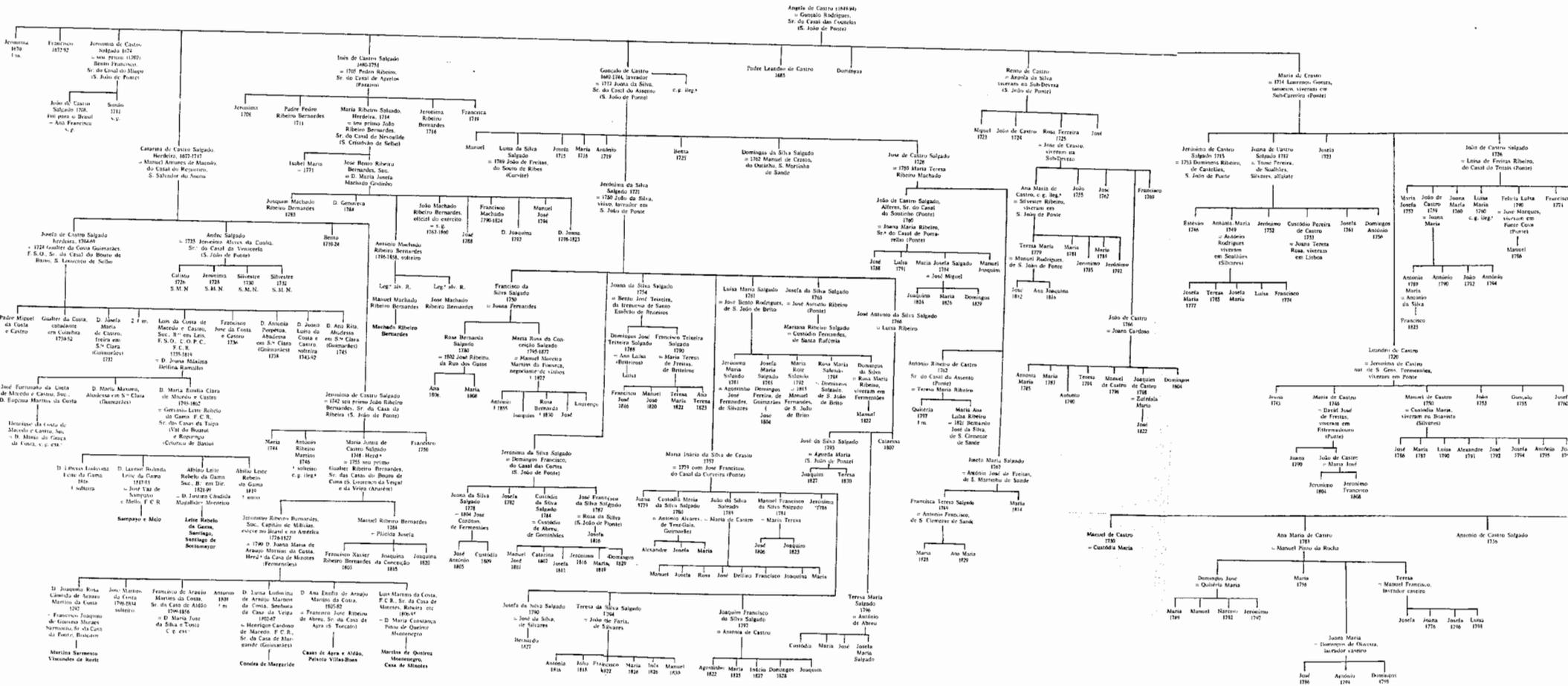
ARVORE 1  
CASAL DO ASSENTO  
(S. MARTINHO DE CANDOSO)







**ARVORE IV  
CASAL DAS COURELAS  
(S. JOAO DE PONTE)**



à Misericórdia de Cascais. A essa vila, onde vive, deixa, em testamento, a sua casa — a Torre de S. Sebastião — com todo o recheio, biblioteca e respectiva verba para a sua manutenção. E o novo Hospital de Cascais levanta-se todo, com a doação feita à Santa Casa para esse fim. Grande senhor, benemérito, inteligente, a Casa-Museu Conde de Castro Guimarães, em Cascais, mantém viva a sua lembrança<sup>2</sup>.

Foi o Conde de Castro Guimarães filho de Luís de Castro Guimarães, Par do Reino, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Comendador na Ordem de Cristo, Fidalgo da Cota d'Armas, negociante de grosso trato em Lisboa, e de sua mulher D. Maria Nazareno da Cunha e Menezes. Foram seus avós paternos Vicente de Castro Guimarães, negociante em Lisboa, nascido no Porto, na freguesia da Sé a 25.8.1768, e sua mulher D. Luísa Maria do Carmo, natural de Lisboa; os avós maternos eram os 4<sup>os</sup> Condes de Lumiares.

Domingos de Araújo Affonso e Rui Dique Travassos Valdez, no *Livro de Oiro da Nobreza*, tomo II, p. 176, ao tratarem da ascendência do Conde de Castro Guimarães, vão até seu bisavô paterno, Francisco de Castro Guimarães, negociante, «casado com D. Ana Josefa Guimarães». E escrevem: «Não nos foi possível averiguar se o acima referido Francisco de Castro Guimarães, descendeu ou não de António de Castro Guimarães, Fidalgo da Casa de S. M., Secretário do Desembargo do Paço, Deputado da Junta da Sereníssima Casa do Infantado e Cavaleiro de Cristo, Sr. da Quinta de Sete-Rios no termo de Lisboa etc., e de sua mulher D. Mariana Luísa da Franca, neto de António de Castro Guimarães, Fidalgo da Casa de S. M., e de sua mulher D. Isabel Vieira de Alvelos Montarroyo, e bisneto de António Francisco Guimarães, natural da vila de Guimarães»<sup>3</sup>.

A Carta de Brasão de Armas, concedida pela Rainha D. Maria II ao pai do Conde de Castro Guimarães — Escudo partido em pala; na primeira Guimarães, na segunda Abreu, Timbre dos Guimarães e por diferença uma brica de azul com um farpão de ouro. C. de 5.5.1846 — é estudada por Rui Dique Travassos Valdez<sup>4</sup>. Examina o Processo de Justificação de Nobreza de Luís de Castro Guimarães e apresenta mais uma geração na varonia: os trisavós, Domingos de

<sup>2</sup> *Revista de Ex-Libris Portugueses*, n.º 7, Agosto de 1919, CXCVI.

<sup>3</sup> Domingos de Araújo Affonso e Rui Dique Travassos Valdez, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. II, Braga, MCMXXXII — Condes de Lumiares, & Condes de Castro Guimarães, p. 176.

<sup>4</sup> Rui Dique Travassos Valdez, «O Brasão de Armas do Conde de Castro Guimarães», in *Museu — Biblioteca do Conde de Castro Guimarães*, Boletim n.º 1, Cascais, 1943.

Castro Guimarães e mulher Mariana Luísa, fregueses da freguesia da Vitória, no Porto.

Mostra que de há muitos anos atrás, pais, avós, e, por vezes, bisavós a usarem certos apelidos e a viverem à lei da nobreza «por tácita munificência régia... eram admissivelmente do verdadeiro tronco desses apelidos». Não esquece os muitos processos de justificação de nobreza onde os falsos e «prolixos atestados genealógicos dos mais notórios e conspícuos genealogistas do tempo», atestavam as numerosas ligações com os reis godos. Voltando à Carta de Armas de Luís de Castro Guimarães: «A realidade dessa proveniência familiar, embora fráglilmente apoiada na genealogia, passou, em virtude da Carta de Armas de D. Maria II, a ser uma verdade oficial, firmando-o no pleno direito ao uso delas como aos seus descendentes». Realça o facto do Conde de Castro Guimarães, como filho segundo, poder, se quisesse, esquartelar o brasão de seu pai com os da nobilíssima Casa da família de sua mãe, o que nunca fez.

E já agora lembramos um magnífico trabalho do Marquês de São Payo sobre os processos da justificação de nobreza, a terminar assim: «E aqui consignamos estas notas para que os historiógrafos presentes, e futuros, não ignorem, ou venham a ignorar, como, nesta matéria, as coisas se passavam para se não deixarem eventualmente iludir com processos judiciais e diplomas de tal casta. Era por este processo jurídico e prático, que se obtinham Cartas de Brasão de Armas de Sucessão. É triste verificá-lo, mas é verdade»<sup>5</sup>.

Ao citar os Mestres, afastamo-nos da ascendência do Conde de Castro Guimarães. Ao ler num vistoso e muito decorativo livro, agora aparecido: «... Après avoir fait de mauvaises affaires Jorge O'Neill vend le palais au comte de Castro Guimarães, issu d'une vieille dynastie de banquiers. La tradition rapporte que son ancêtre Manuel aurait permis à l'infant D. Manuel de fuir son royal frère, le roi D. João V, en lui donnant une lettre de change de 16.000 cruzados passée auprès de juifs d'Amsterdam»<sup>6</sup>, lançamo-nos nos livros de assentos das freguesias do Porto.

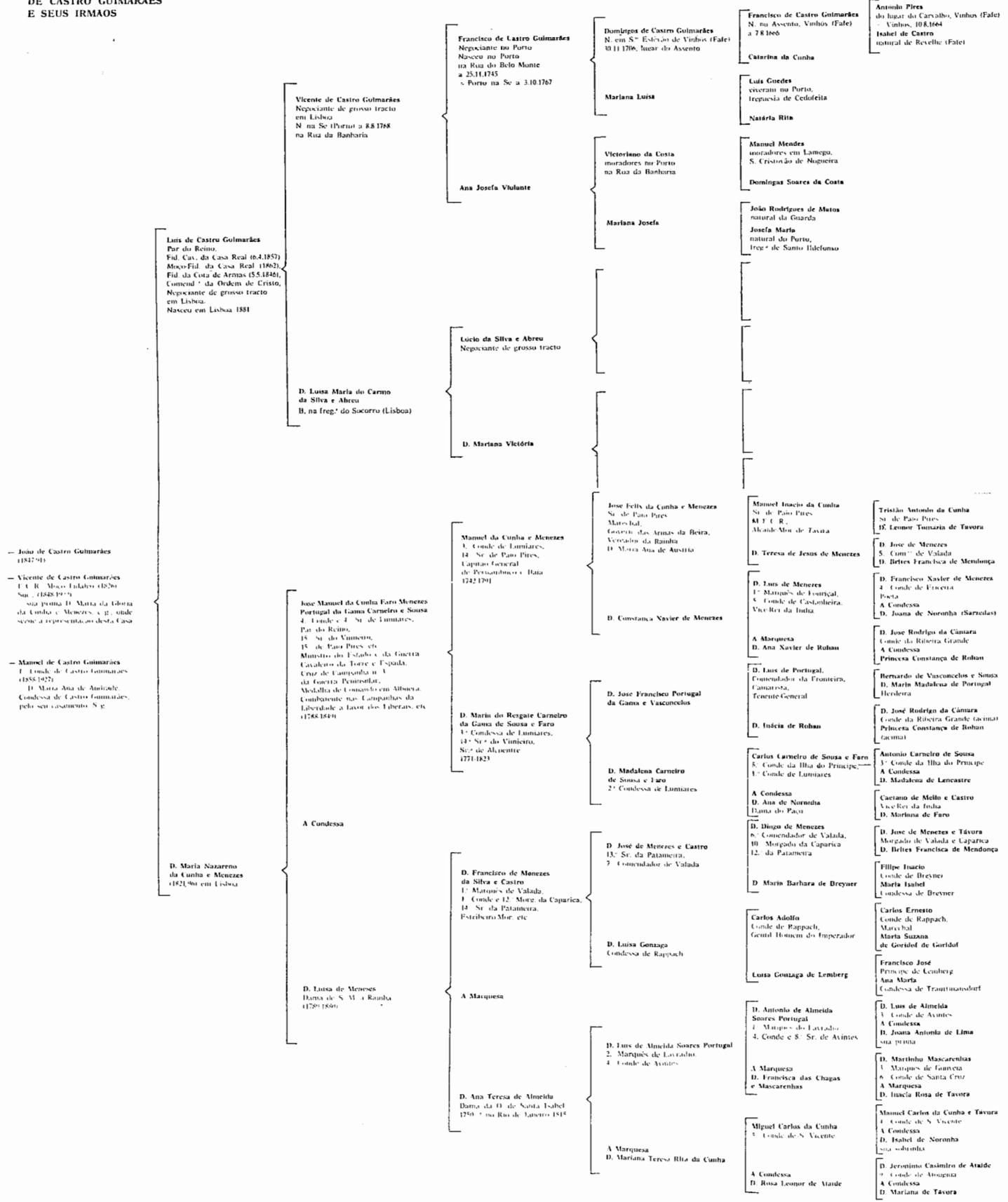
Deles, das apertadas ruas do velho bairro da Sé, tira-se, passo a passo, os dados para a árvore genealógica de Luís de Castro Guimarães, pai do Conde de Castro Guimarães. O bisavô

---

<sup>5</sup> Marquês de São Payo, «Do processo judicial de acção de justificação de nobreza no antigo direito adjectivo português e do seu merecimento historiográfico», in *Armas e Troféus*, II Série, tomo X, 1969.

<sup>6</sup> Anne de Stoop, *Demeures Portugaises dans les environs de Lisbonne*, Ed. Civilização, 1986, Cascais, Palais O'Neill, Castro Guimarães, p. 168. Há também a edição portuguesa: *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, igualmente bela.

**ARVORE DO CONDE DE CASTRO GUIMARAES E SEUS IRMAOS**



**Luis de Castro Guimarães**  
 Par do Reino.  
 Fil. Cav. da Casa Real (6.4.1857)  
 Moço-Fil. da Casa Real (1862)  
 Fil. da Cota de Armas (5.5.1846),  
 Comend. da Ordem de Cristo,  
 Negociante de grosso tracto  
 em Lisboa.  
 Nasceu em Lisboa 1881

**Vicente de Castro Guimarães**  
 Negociante de grosso tracto  
 em Lisboa.  
 M. na Se. Ilhrm. a 8.8.1748  
 na Rua da Barbhoria

**Francisco de Castro Guimarães**  
 Negociante no Porto  
 Nasceu no Porto  
 na Rua do Belo Monte  
 a 25.11.1745  
 e Porto na Se. a 3.10.1767

**Domingos de Castro Guimarães**  
 N. em S. Estação de Vinhos (Fate)  
 30.11.1796, luez do Assento

**Francisco de Castro Guimarães**  
 N. no Assento, Vinhos (Fate)  
 a 7.8.1666

**António Pires**  
 do lugar do Carvalho, Vinhos (Fate)  
 Vinhos, 10.8.1664  
**Isabel de Castro**  
 natural de Revelle (Fate)

— João de Castro Guimarães  
 (1847-90)

— Vicente de Castro Guimarães  
 F. F. R. Moço-Filado (1826)  
 Sup. (1848-1904)  
 sua prima D. Maria da Gloria  
 da Cunha e Menezes, a q. onde  
 se ve a representação desta Casa

— Manoel de Castro Guimarães  
 1. Conde de Castro Guimarães  
 (1858-1927)  
 D. Maria Ana de Almeida,  
 Condessa de Castro Guimarães,  
 pelo seu casamento. S. g.

**Jose Manoel da Cunha Faro Menezes**  
 Portugal da Gama Carneiro e Sousa  
 4. Conde e 4. Sr. de Lameiras,  
 Par do Reino,  
 15. Sr. do Vinheiro,  
 15. Sr. de São Paulo etc.  
 Ministro do Estado e da Guerra  
 Cavalleiro da Torre e Espada,  
 Cruz de Comendador da  
 da Guerra Peninsular,  
 Medalha de Comendador em Aliboa,  
 Combatente nas Campanhas da  
 Libertação a favor dos Liberaes, etc.  
 (1788-1849)

**Manoel da Cunha e Menezes**  
 3. Conde de Lameiras,  
 14. Sr. de São Paulo Pires,  
 Capitão-General  
 do Pernambuco (Data  
 1742-1791)

**Jose Felis da Cunha e Menezes**  
 Sr. de São Paulo Pires  
 Mar. Ital.,  
 Govern. das Armas da Beira,  
 Vereador da Rainha  
 D. Maria Ana de Austria

**Manoel Inacio da Cunha**  
 Sr. de São Paulo Pires  
 M. F. R.  
 Alcaide-Mor de Tavara

**Tristão Antonio da Cunha**  
 Sr. de São Paulo Pires  
 D. Leonor Tamariz de Tavara

**D. Luisa Maria do Carmo**  
 da Silva e Abreu  
 B. na freg. do Sacorro (Lisboa)

**Lúcio da Silva e Abreu**  
 Negociante de grosso tracto

**D. Mariana Victória**

**D. Constancia Xavier de Menezes**

**D. Teresa de Jesus de Menezes**

**D. Jose de Menezes**  
 5. Com. de Valada  
 D. Betes Francisca de Mendonça

**D. Luis de Menezes**  
 1. Marquês de Loureçal,  
 5. Conde de Castanheira,  
 Vis-Rei da India

**D. Francisco Xavier de Menezes**  
 2. Conde de Encerra  
 Pavia  
 A Condessa  
 D. Joana de Noronha (Sarzedas)

**A Marquesa**  
 B. Ana Xavier de Rohau

**D. Jose Rodrigo da Câmara**  
 Conde da Ribeira Grande

**D. Luis de Portugal,**  
 Comendador da Fronteira,  
 Camarista,  
 Tenente-General

**Bernardo de Vasconcelos e Sousa**  
 D. Maria Matilde de Portugal  
 Herdeira

**D. Indica de Rohau**

**D. José Rodrigo da Câmara**  
 Conde da Ribeira Grande (tinha)  
 Princesa Constança de Rohau  
 (tinha)

**D. Madalena Carneiro**  
 de Sousa e Faro  
 2. Condessa de Lameiras

**Carlos Carneiro de Sousa e Faro**  
 5. Conde da Ilha do Principe,  
 1. Conde de Lameiras

**Antonio Carneiro de Sousa**  
 3. Conde da Ilha do Principe  
 A Condessa  
 D. Madalena de Lencastre

**A Condessa**  
 D. Ana de Noronha  
 (tinha do Paço)

**Caetano de Mello e Castro**  
 Vis-Rei da India  
 D. Mariana de Faro

**D. Diogo de Menezes**  
 8. Comendador de Valada,  
 10. Morgado da Caparica  
 12. da Patamerica

**D. Jose de Menezes e Távora**  
 Morgado de Valada e Laparica  
 D. Helis Francisca de Mendonça

**D. Jose de Menezes e Castro**  
 13. Sr. da Patamerica,  
 7. Comendador de Valada

**D. Maria Barbara de Dreyer**

**Filipe Inacio**  
 Conde de Breyer  
 Maria Isabel  
 Condessa de Breyer

**Carlos Adolfo**  
 Conde de Rappach,  
 Genl. Honen do Imperador

**Carlos Ernesto**  
 Conde de Rappach,  
 Mar. Ital.  
 Maria Suzana  
 de Gortiof de Gortiof

**Luisa Gonzaga de Lemberg**

**Francisco José**  
 Principe de Leunberg  
 Ana Maria  
 Condessa de Trautmanstorf

**D. Luis de Almeida Soares Portugal**  
 2. Marquês de Lavradio,  
 4. Conde e 8. Sr. de Avintes

**D. Antonio de Almeida**  
 Soares Portugal  
 1. Marquês de Lavradio,  
 4. Conde e 8. Sr. de Avintes

**D. Luis de Almeida**  
 3. Conde de Avintes  
 A Condessa  
 D. Joana Antonia de Lima  
 sua prima

**A Marquesa**  
 D. Francisca das Chagas  
 e Mascarenhas

**D. Martinho Mascarenhas**  
 1. Marquês de Távora  
 A. Conde de Santa Cruz  
 A Marquesa  
 D. Inacia Rosa de Távora

**Miguel Carlos da Cunha**  
 5. Conde de S. Vicente

**A Condessa**  
 D. Rosa Leonor de Andrade

**Manoel Carlos da Cunha e Távora**  
 1. Conde de S. Vicente  
 A Condessa  
 D. Isabel de Noronha  
 sua sobrinha

**A Marquesa**  
 B. Mariana Teresa Rita da Cunha

**A Condessa**  
 D. Jeronimo Casimiro de Ataíde

**D. Jeronimo Casimiro de Ataíde**  
 1. Conde de Atougosa  
 A Condessa  
 D. Mariana de Távora

paterno, Domingos de Castro Guimarães, a trabalhar no Porto, é oriundo da freguesia de S. Salvador de Vinhós. Aí nasceu a 30.11.1706 no lugar do Assento<sup>7</sup>. Chamavam-se seus pais Francisco de Castro e Catarina da Cunha.

Agora é aquela música fresca, alegre como em tantos lugares do Minho. Pedro Gonçalves, do lugar de Carvalho, filho de Gonçalo Brás, já falecido, e mulher Maria Pires, recebe a 25.1.1612 Isabel João, viúva, do mesmo lugar e filha de Jerónimo Pires e mulher Maria Martins. Entre os seus filhos: António Pires, casado na igreja de Vinhós, a 10.8.1664, com Isabel de Castro. São os pais e sogros de Francisco de Castro e Catarina da Cunha.

Pára a música. Isabel de Castro vem da freguesia de Revelhe, Fafe, antigo termo de Guimarães. Seus pais foram Domingos Simões e mulher Maria Fernandes de Castro. É com ela, Maria Fernandes de Castro, 6.<sup>a</sup> avó do 1.<sup>o</sup> Conde de Castro Guimarães, a viver na época de seiscentos, que se defende esta ideia: nada têm estes titulares a ver com os Castro, nascidos no alto da Senhora do Crasto, onde está a Santa Capeluda, e espalhados depois, com vária fortuna, por este mundo de Deus.

---

<sup>7</sup> Misto 2 da freguesia de Santo Estêvão de Vinhós, Fafe, Arquivo Distrital de Braga, fl. 33. No mesmo Misto, a fl. 4, vem o baptizado do pai, a fl. 96v. o casamento dos avós paternos e no Misto 1 a fl. 60v. o casamento dos bisavós paternos. Pesquisa efectuada a meu pedido por meu primo o Dr. Manuel Artur Norton, a quem muito agradeço. Mandou-me também os assentos de nascimentos dos outros irmãos de Domingos de Castro: 1) Maria de Castro da Cunha, nasceu no mesmo lugar a 6.3.1709, casou a 14.2.1725 com António da Costa, da freg.<sup>a</sup> de S. Tomé de Travassós; 2) Miguel de Castro, nasceu a 29.10.1709 e 3) Ana de Castro, nasceu a 27.2.1714, casou a 12.7.1746 com João Fernandes, do lugar do Prado, Santiago de Atiães.